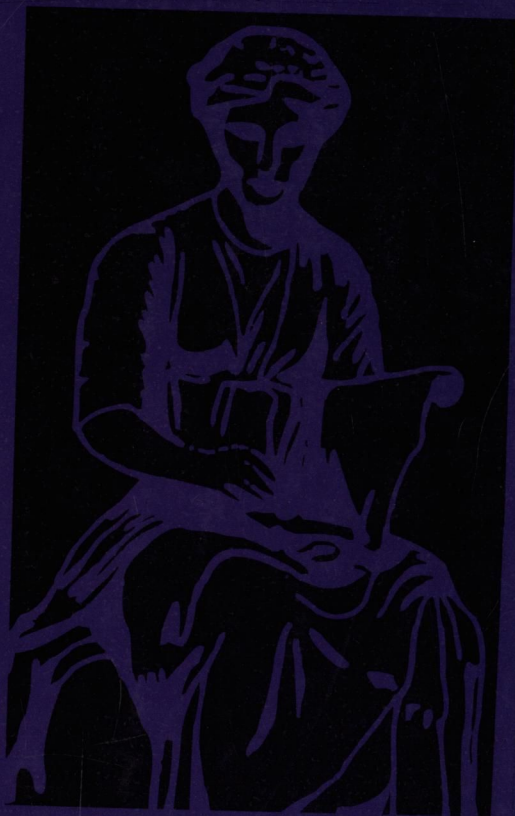


ensaios de
História

Franca, v.7 n.1/2, 2002
ISSN 1414-8854



unesp 

Campus de Franca
2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de História, Direito e Serviço Social
Campus de Franca

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História

ISSN 1414-8854

Ensaio de História	Franca	v.7, n.1/2	p.1-113	2002
--------------------	--------	------------	---------	------

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Prof. Dr. José Carlos de Souza Trindade

Vice-Reitor

Prof. Dr. Paulo Cesar Razuk

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

Diretor

Prof. Dr. Hélio Borghi

Vice-Diretor

Prof. Dr. Ivan Aparecido Manuel

Curso de Graduação em História

Coordenador

Prof. Dr. Alberto Aggio

Vice-Coordenadora

Profa. Dra. Célia Maria David

Conselho Consultivo

Alberto Aggio, Célia Maria David, Ivan aparecido Manuel, Pedro Geraldo Tosi, Horacio Gutiérrez, José Evaldo de Mello Doin, Lucas Miranda Pinheiro, Filipe de Faria Dias Leite, Frederico Antonio de Blumenhagen Júnior

Conselho Editorial

Conselho de Curso de Graduação em História

Editor

Alberto Aggio

Editores Assistentes

Cesar Agenor Fernandes da Silva

Lucas Miranda Pinheiro

Vinicius D. Rezende

Publicação Semestral/Semestral publication

Solicita-se permuta/Exchange desired

Endereço/Address

Ens. Hist.

Rua Major Claudiano, 1488 – CEP 14400-690 Franca/SP

Endereço Eletrônico:

ensaiosdehistoria@yahoo.com.br

ENSAIOS DE HISTÓRIA (Faculdade de História,
Direito e Serviço Social – UNESP) Franca, SP –
Brasil, 1996 – 1996-2002, 1-7
ISSN 1414-8854

Capa: Clio – deusa grega da História. Desenho e arte final: Atalie Rodrigues Alves Ferreira

APRESENTAÇÃO

Com esse volume de *Ensaio de História* a revista dos alunos do curso de graduação em História da Unesp/Franca atualiza a sua periodicidade. Isso deve ser comemorado e representa uma grande vitória. Nem todos sabem o que significa para uma publicação dessa natureza garantir sua periodicidade, especialmente se ela for uma revista vinculada a um curso de graduação. Costuma ser mais comum a cobrança da periodicidade para revistas que albergam profissionais com mais experiência e com mais prestígio na comunidade de especialistas à qual se vinculam. Conseguindo atualizar a sua periodicidade, *Ensaio de História* dá um grande passo para se situar entre as principais revistas de História do país e, sem nenhuma dúvida, confirmar mais uma vez a sua excepcionalidade: é a única revista na área do conhecimento histórico vinculada a um curso de graduação de História e produzida exclusivamente por seus alunos.

Para o curso de graduação em História da Unesp/Franca, manter essa publicação significa garantir um espaço diferenciado na formação dos seus alunos de graduação, significa dar uma contribuição efetiva na tarefa de estabelecer vínculos indissolúveis entre a boa formação para o ensino e a boa formação para a pesquisa e, por fim, significa uma sinalização de um permanente e saudável vínculo entre a formação qualificada no estágio da graduação e a expectativa de aprofundamento dos estudos na pós-graduação para todos aqueles alunos que se envolverem e colaborarem com suas páginas.

Esse volume de *Ensaio de História* mantém a mesma estrutura dos anteriores e contém artigos elaborados apenas por alunos de graduação. Desde o volume 5/2000, a revista vem recebendo a colaboração de graduandos de outros cursos da área de humanidades, da Unesp ou de fora dela. Ressalte-se neste volume, desde já, a retomada das resenhas de livros e dissertações e/ou teses acadêmicas, que sempre se constituíram em um espaço vigoroso tanto para a reflexão como também para uma tomada de pulso a respeito de algumas temáticas

específicas do conhecimento histórico. Garantir o espaço das resenhas é de importância fundamental para a experiência publicista de qualquer graduando. Um outro aspecto importante é a ampliação de artigos a respeito de questões educacionais e de temas relativos ao ensino de História. Da mesma forma, relevantes aparecem as diversas temáticas que neste volume tratam da história política brasileira, tanto no plano dos processos históricos mais gerais quanto na dimensão local. Por fim, gostaríamos de saudar também a vigorosa discussão que se faz nesse número sobre temas de história das idéias políticas, assim como sobre questões mais teóricas, abordadas com profundidade e critério.

A retomada da periodicidade dá mais um alento e fortalece mais uma vez o nosso ânimo para que a concretização desse projeto se desdobre por mais sete anos, no mínimo ...

Os Editores

SUMÁRIO

ARTIGOS

- A trajetória de uma idéia: o pensamento da transferência da corte de Bragança para a América portuguesa
Rodrigo Touso Dias Lopes..... 9
- O teatro e a modernização dos costumes em Mococa (1894-1918)
Higina Teixeira Marques..... 23
- Revoluções de 1930 e 1932, algumas características e condições
Filipe de Faria Dias Leite..... 33
- As paixões cívicas do liberalismo e do socialismo
Milton Andreza dos Reis..... 43
- A relação entre escola e sociedade: liberal ou "reprodutora"?
Halfred Carlos Ribeiro Júnior..... 51
- Visões da História: olhares semelhantes, diferentes leituras
Mariano Aparecido Bicego..... 63
- Algumas observações sobre a música como mercadoria
Guilherme Grandi..... 79

RESENHAS

- MARCOS ALVES SOUZA. *A cultura política do "batllismo" no Uruguai (1903-1958)*. Franca, 2000. Dissertação (mestrado em História) – UNESP
Claudia Aparecida Francisco
Miriam da Silva Diniz..... 95
- J PINTO; V. VALDIVIA. *¿Revolución Proletaria o querida chusma? Socialismo y Alessandrismo en la pugna por la politización pampina (1911-1932)*. Santiago: LOM ediciones, 2001
Isadora Falleiros Frare..... 103

ARTIGOS

A TRAJETÓRIA DE UMA IDÉIA: O PENSAMENTO DA TRANSFERÊNCIA DA CORTE DE BRAGANÇA PARA A AMÉRICA PORTUGUESA

*Rodrigo Touse Dias LOPES**

- RESUMO: O objetivo central deste texto é o de apresentar de maneira resumida os momentos da História portuguesa onde a idéia da transferência da Corte de Bragança para a América portuguesa foi aventada, umas vezes como exílio em lugar seguro (como com o Prior do Crato, ainda em 1580), outras como expressão de um projeto maior, o de criação de um poderoso império luso-brasileiro sediado na América portuguesa, defendido, por exemplo, pelo diplomata D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Apresentada dessa forma, a imagem de fuga desesperada, perpetuada na História, tende a perder-se nessa perspectiva de idéia persistente que ora apresentamos.
- UNITERMOS: História portuguesa; Trasladação da Corte portuguesa; Prior do Crato; Padre Vieira; D. Luís da Cunha; Marquês de Pombal; D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Um dia chuvoso, nublado. O mar, repetindo o nervosismo dos portugueses, revoltava-se ele também. Barro se acumulava sob as carruagens que chegavam ao cais, incessantemente, trazendo a nobreza portuguesa para protagonizar o que se pensava talvez fosse seu último ato em palco europeu. Muitas pessoas se acotovelando para conseguir subir a bordo de uma das embarcações inglesas ou portuguesas enquanto algumas damas da sociedade lisboeta se afogavam na tentativa de alcançar um navio que lhes desse refúgio. Famílias nobres que não se

* Graduado em História – Unesp Franca.

prepararam (por descrença ou morosidade) tendo que embarcar levando não mais que as roupas do corpo e o que mais pudessem carregar com as próprias mãos. No meio dessa confusão, chegava o Príncipe Regente ao cais numa carruagem que não trazia os emblemas da realeza (para não chamar a atenção das pessoas contrárias ao embarque e não despertar em suas mentes alguma reação violenta) e por isso sem encontrar sequer quem o recebesse, terminando por atravessar o chão lamacento "sobre pranchas mal postas, sustentado por dois cabos de policia" (LIMA, 1996, p.53). Enquanto isso, o povo, excluído, assistia ao espetáculo da partida, vendo partir o rei a abandonar os portugueses à própria sorte. E para empurrar essa massa de nobres portugueses ao mar vinha chegando a Lisboa o encarregado de Napoleão para a invasão e conquista de Portugal, o general Junot acompanhado de um exército franco-espanhol.

É dessa forma anedótica, curiosa e superficial que muitas vezes o episódio da trasladação foi tratado pela historiografia chamada tradicional. Recentemente o estudo desse período conseguiu novo fôlego, reconhecendo a importância do tema para a História do Brasil e também de Portugal. Com efeito, a percepção da transferência como vinha sendo feita resulta "numa leitura que limita a compreensão do processo de independência e de formação de um Estado monárquico imperial no Brasil do século XIX" (LYRA, 1994, p.116), bem como não dá a margem necessária para a compreensão de que a transferência, para Portugal, deve ser tratada como resultado de um processo, não como ato de fuga ou covardia. O que pretendemos com este artigo é justamente contribuir para o alargamento e aprofundamento da visão do processo que a historiografia por muito tempo relegou a segundo plano: o processo de transmigração da Corte de Bragança para a América portuguesa.

Durante o estudo desse processo é importante pensarmos: onde está inserido o povo? Quando dizemos 'os portugueses' a quem nos referimos? Ao que reporta a expressão 'povo português'? Não deve parecer que é simplesmente um país disputando posições de hegemonia ou pelo menos posições um pouco mais confortáveis no complicado jogo de xadrez que a Europa, pouco a pouco, ia se tornando, tendo no seu interior uma massa uniforme de pessoas engajadas no que poderíamos chamar de 'interesses nacionais'. Antes, no bojo dessa sociedade existem

particularidades que justificam falarmos em grupos distintos que, não raras vezes, de dentro do próprio Portugal, posicionavam-se aversamente ao que chamamos acima de 'interesses nacionais'.

Dessa forma, admitindo que não estaremos falando em massas uniformes, podemos usar o termo 'português' ou 'sociedade portuguesa' para expressar o conjunto que – apesar da tensão particular que cada grupo distinto exerce no interior da sociedade – em determinado momento pode ser caracterizado por um grupo que se torna determinante e leva, empurra ou mesmo força o restante do país em certa direção.

O projeto de transferir a sede da monarquia portuguesa para a sua gigantesca colônia americana não foi expediente inventado e adotado apressadamente no início do século XIX frente à grave crise que se instalava na Europa e colocava Portugal particularmente em situação complicada entre os interesses de Inglaterra e França. Antes, a idéia de ir fazer na colônia americana a sede do império português ganhava eco e cores vivas já desde o século XVI, nos momentos em que a fragilidade na defesa do reino era explicitada por ameaças estrangeiras ou crises internas, freqüentemente ambas. Em seus primeiros momentos, a transferência da Corte foi pensada não como uma maneira de incrementar a colônia, promover o desenvolvimento de seus povos ou unificar regiões afastadas – apesar de essas serem algumas conseqüências da presença da sede administrativa da Coroa – mas sim como uma forma de resolução dos problemas que Portugal encontrava para se manter independente frente a outras nações européias, notadamente Espanha e França.

Assim foi com o Prior do Crato (ou D. Antonio), quando tornou-se pretendente à Coroa portuguesa em 1580. O problema da sucessão portuguesa já estava na ordem do dia desde o reinado de D. Sebastião, que não deixou herdeiro direto à Coroa. Após sua morte, em 1578, assumiu D. Henrique que, com sessenta e seis anos e tendo vivido uma vida celibatária, deixou o problema da sucessão apenas adiado. Enfim, em 1580 novamente instalou-se a crise: os pretendentes mais fortes eram o filho de Dona Isabel, Felipe II da Espanha, e D. Antônio, filho de D. Luís, o segundo filho homem de D. Manuel.

Após as falsas notícias de uma invasão espanhola no Alentejo (apesar de as tropas estarem a caminho), a população de Santarém logo aclamou D. Antonio seu novo rei. Mas quando as invasões espanholas

tornaram-se realidade e Felipe II conseguiu oficialmente e à força o trono português unindo as duas coroas, o Prior do Crato foi “aconselhado a viajar para o Brasil e ali fundar um grande império” (LYRA, 1994, p.107). Pode não ter aceitado o conselho por patriotismo, dúvida ou por achar-se, naquele tempo, incapaz de reunir forças o suficiente para constituir um império seguro no Brasil. Como informa Joaquim Veríssimo Serrão,

não dispondo de forças organizadas, nem de recursos ou armas, estando para mais rodeado de traidores que comprometiam o êxito de sua causa, não era possível, ao rei eleito, deter a marcha do inimigo (SERRÃO, 1978, p.89).

O mais provável, no entanto, é que o Prior do Crato se achava forte o suficiente para lutar pela reconquista da Coroa portuguesa e da independência de seu país, principalmente como o apoio inglês que esperava conseguir. Falhando o acordo com os ingleses por culpa de ameaças navais espanholas, foi D. Antonio buscar apoio e refúgio em França, onde obteve navios e armas que cobriram sua retirada para a Ilha Terceira (SERRÃO, 1979, p.25).

O que mais nos interessa aqui é saber que no primeiro momento de crise da monarquia portuguesa (com a morte do rei) a idéia de que o Brasil constituía o refúgio ideal apareceu. Porém não podemos pensar ainda, em idos de 1580, que a América Portuguesa surgisse como possibilidade para a criação de um poderoso império aliado a Portugal, ou seja, que a idéia da transferência fosse já algum projeto político ou administrativo português, mas se a idéia foi aventada, é fato que a América lusitana não figurava no imaginário de ao menos parte da população portuguesa como uma simples colônia ultramarina.

Pouco mais de sessenta anos depois, em 1647, durante a Guerra da Restauração (1640-1668) foi enviado o Padre Antônio Vieira à França e à Holanda aparentemente porque o rei “não estava satisfeito com alguns relatórios pouco coerentes que havia recebido dos seus embaixadores em Paris e Haia” (PRESTAGE, 1928, p.40). Porém, secretamente Vieira levava instruções diferentes: devia o jesuíta conseguir o apoio dos franceses caso Espanha e Holanda negociassem a paz e deixassem Portugal isolado frente aos dois possíveis adversários. Para tanto, Vieira deveria oferecer o casamento entre o príncipe português D. Teodósio e a princesa francesa Mademoiselle de Montpensier, filha do duque de Longueville ou

outra princesa qualquer que fosse do agrado dos ministros franceses. Com o casamento, o rei português iria se retirar para os domínios ultramarinos deixando Portugal para ser governado pelo pai da noiva em regime de Regência, pois D. Teodósio ainda não havia chegado à maioridade. Os franceses, contudo, não aceitaram a proposta alegando as dificuldades de impôr outro rei estrangeiro ao povo português, a instabilidade do governo de D. João IV que, após oito anos de reinado, ainda não havia se consolidado no poder (a ponto de fazer uma oferta desse tipo) e principalmente a suspeita de que, chegado o momento da partida, o rei se negasse a cumprir o acordo.

O marquês de Niza recebeu instruções semelhantes às de Vieira no final do mesmo ano, inclusive com a possibilidade de o príncipe português abdicar do dote da princesa. Foi à Paris carregando trezentos mil cruzados para distribuir em forma de presentes, como meio para conseguir o apoio dos nobres franceses à causa portuguesa. Porém, anos mais tarde, como notou Edgard Prestage, Niza escreveu ao Regente D. Pedro pedindo uma recompensa por não haver obedecido aquelas instruções, ao contrário de Vieira, a quem disse que

não era ele (Niza) o vassalo que havia de entregar o Reino de Portugal aos franceses, e que antes queria cortar as mãos do que assinar tal tratado (PRESTAGE, 1928, p.41).

O marquês de Niza bem podia escrever esta carta porque D. Teodósio veio a falecer pouco tempo depois das instruções, revelando que, se a idéia do casamento entre as Coroas de Portugal e França e a conseqüente trasladação do rei para o ultramar houvessem se concretizado, o reino português seria realmente entregue aos franceses. Os motivos que possuía Vieira para a defesa da idéia de trazer para a América portuguesa a Corte devem ser analisados levando-se em conta o que pensava o Padre a respeito da colônia brasileira, os anos em que ele viveu por aqui e sua ação política em defesa dos interesses coloniais que ajudaram a trazer notoriedade ao padre jesuíta. Mas a trasladação, naquele momento, não parece haver sido fruto apenas da habilidade política de Vieira ou de sua defesa da colônia. Como informou David Rabello, ainda em 1647, 108 embarcações portuguesas perderam sua

bandeira para a Holanda, tomadas ou naufragadas e em 1648 foram mais 141 navios (RABELLO, 1996, p.23). Ora, para um país que necessita do trato mercantil marítimo e conta com uma frota de aproximadamente 300 embarcações, perder 249 delas foi, sem dúvida, fato de enorme gravidade.

Levando esses fatores em conta, o que devemos aqui é ressaltar o momento em que a idéia veio à tona: novamente debilidade na defesa do território com a possibilidade de isolamento frente à Espanha e à Holanda. Nos momentos que antecederam e procederam a dominação espanhola em Portugal a idéia de trasladar a Corte para a América portuguesa ganhou vulto, uma vez com o Prior do Crato e depois com o Padre Antônio Vieira. Tratada em âmbito secreto, ela não devia constituir um projeto político nos moldes que a ilustração vai permitir um século depois, quando D. Luís da Cunha e Pombal defenderam a idéia da transmigração.

D. Luís da Cunha foi, sem dúvida, um dos mais fervorosos defensores dos interesses portugueses em seu tempo. Diplomata hábil e renomado, enquanto viveu na Corte inglesa pôde observar as razões da crescente dependência portuguesa frente à Inglaterra. Como forma de protesto e combate a essa situação, D. Luís da Cunha apenas freqüentava as Cortes de Londres e Paris vestindo-se com roupas feitas de tecidos portugueses. Pode parecer anedótico essa passagem, mas numa sociedade de Corte, onde os emblemas são tão importantes, é significativa a atitude de Luís da Cunha. Era, portanto, de fora de Portugal que o ministro refletia e atuava sobre os problemas de seu país.

A atitude de combate ao tipo de política engendrada pelo governo português, interna e externamente – feita por D. Luís da Cunha e outros intelectuais de prestígio no começo do século XVIII – garantiu-lhes o apelido de “estrangeirados”, por que aplicavam em Portugal idéias e modelos estrangeiros. José Hermano Saraiva traçou um perfil interessante desses intelectuais:

a atitude mental dos estrangeirados caracterizava-se pelo iluminismo, pelo empirismo, pelo utilitarismo. Acreditavam que o atraso português era conseqüência da falta de cultura; para conseguir o progresso, era necessário espalhar as luzes da razão moderna; as duas idéias – progresso e iluminismo – mal se distinguem (SARAIVA, 1979, p.239-240).

Por outro lado, Kenneth Maxwell não viu os estrangeirados tão estrangeirados assim, pois de acordo com ele

além do debate filosófico, que foi característico da Europa católica nesse período, havia uma importante corrente de pensamento específica de Portugal. Era um conjunto de idéias e discussões sobre governo, economia e diplomacia que surgiu na primeira metade do século XVIII, em um grupo pequeno mas influente de representantes ultramarinos e ministros do governo de Portugal. Às vezes os membros desse grupo eram chamados pejorativamente de ‘estrangeirados’, devido a sua suposta obsessão por modelos estrangeiros. Mas na verdade a preocupação deles era, no fundo, um produto do meio português (MAXWELL, 1996, p.14).

A partir desta sua visão privilegiada acerca da situação portuguesa no século XVIII, D. Luís da Cunha viria a propor a transladação da Corte ao rei D. João V (1707-1750), porém sob nova argumentação. Consciente da debilidade do reino em sua defesa e da posição de dependência que se formava, por um lado, com a compra cada vez maior de tecidos ingleses e, por outro, com a exploração em larga escala de produtos coloniais, a ponto de dizer, como citou Maria de Lourdes Viana Lyra, “ser mais cômodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja” (LYRA, 1994, p.108), D. Luís da Cunha promoveu e defendeu a idéia de instalar na América portuguesa um grande império, tomando o rei o título de Imperador do Ocidente.

No entanto o recurso do traslado não deve ter surgido nesse momento apenas como resultado de uma reflexão, mesmo que profunda, do ministro Luís da Cunha acerca das potencialidades da colônia americana; é certo que as instabilidades por que passava a Europa desde a Guerra de Sucessão da Espanha e os conflitos subseqüentes entre os vizinhos mais próximos estimularam a formulação de uma idéia como essa. Apesar disso, D. Luís da Cunha parece haver sido o primeiro a encarar o traslado realmente como um ‘projeto político’, não tão desenvolvido como será no final do século XVIII, mas já pontuando as potencialidades da colônia e a dependência da metrópole aos seus produtos. A partir desse momento, os reformistas ilustrados portugueses começavam a admitir a idéia da transferência da Corte no interior de seu plano político.

É inserido nesse pensamento que vai se desenvolver o projeto do herdeiro político de D. Luís da Cunha: Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), que passou à História como o marquês de Pombal. O seu período de preeminência coincide com o reinado de D. José I (1750-1777), um monarca mais interessado “na caça e nas óperas” (MAXWELL, 1996, p.4, nota 10) que na política. Mas é após o trágico terremoto acontecido em Lisboa no dia de Todos os Santos de 1755 que Pombal, em nome da reconstrução da capital, conquista efetivamente grande poder. Porém, se D. Luís da Cunha foi expoente entre os estrangeirados, o marquês de Pombal representava perfeitamente o que se convencionou chamar de déspota esclarecido. Era homem de ação; porém, como notou Antonio Sérgio,

não esteve à altura de sua falange: faltava-lhe a ele a generosidade de espírito, o horizonte mental, a largueza de vistas que foram o timbre dos estrangeirados (SERGIO, 1972, p.103).

Todavia, não podemos esquecer que em Portugal, assim como no restante da Europa, as idéias dessa idade da lógica, do racionalismo, não se instalaram da noite para o dia transformando todo um modo de pensar, de agir, enfim, de viver imbricado de tradições seculares num amontoado de novas idéias que elegeram o homem o centro do mundo e a ciência o seu Deus. Antes, esses dois modos de pensar o homem entraram em conflito e o que prevaleceu durante aquilo que Maxwell chamou de “o longo século XVIII” português foi a disputa, palmo a palmo, pelo governo e também pelo imaginário da população, o que pode ser comprovado pelos relatos onde aparecem um sem número de pessoas indo saudar o enviado de Napoleão para a conquista de Portugal, o general Junot, durante as invasões francesas, como o libertador dos portugueses, em 1808.

É sobre essa linha tênue que separa tradição e inovação, meios despóticos e objetivos esclarecidos, que devemos inserir e compreender a atuação do marquês de Pombal. Suas ações, resultados de combinações de métodos despóticos e absolutistas esclarecidos, formam o paradigma da situação portuguesa durante toda a metade final do século XVIII: a adoção de métodos esclarecidos para tentar tornar novamente hegemônica uma forma de controle do poder que estava em decadência.

Dentro desse cipoal de convicções e perspectivas o Marquês de Pombal também enxergou, assim como D. Luís da Cunha, que melhor futuro teria o reino português se instalasse sua cabeça administrativa do outro lado do Atlântico.

Já no final do século XVIII ocorreu o aparecimento de um grupo de pessoas no palco político português que se tornariam posteriormente conhecidos como ‘geração de 1790’. Figura de destaque dentro dessa geração, D. Rodrigo de Sousa Coutinho ainda em 1790 publicou, com a aprovação da Academia de Ciências de Lisboa, o seu ‘Discurso sobre a verdadeira influência das minas de metais preciosos na indústria das nações que as possuem e, em especial, da portuguesa’ onde contestava a idéia de que foi a diminuição do fluxo de ouro proveniente das minas do Brasil o responsável pela estagnação na qual se encontrava Portugal.

Para D. Rodrigo de Sousa Coutinho a verdadeira causa do atraso português tinha raízes mais antigas e profundas que chegavam ao Tratado de Methuen assinado em 1703 com a Inglaterra. Ou seja, quase noventa anos depois, D. Rodrigo repetia a atitude de D. Luís da Cunha, combatendo o Tratado como gerador de malefícios à Portugal. Não pensemos, por sua atitude, que Sousa Coutinho posicionava-se contra a Inglaterra e numa análise dicotômica, por conseqüência, defendia os franceses. O que fazia o ministro português era não mais que a defesa de Portugal. Enquanto ministro, D. Rodrigo mobilizou um considerável grupo de ultramarinos eruditos e técnicos para montar um plano de reformas políticas, técnicas, econômicas e administrativas com vistas a aprimorar a relação entre metrópole e colônia. Nesse período foram feitos relatórios sobre as condições de mineração na colônia e quais os métodos mais modernos que deveriam ser empregados para uma exploração e administração mais eficientes. Dentro dessas novas idéias a colônia era pensada não apenas como fornecedora das matérias-primas de que necessitava a metrópole, mas sim como

provincias da monarquia, (*que deveriam ser*) condecoradas com as mesmas honras e privilégios que se concederam aos seus habitantes e povoadores, todas reunidas ao mesmo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuírem à mútua e recíproca defesa da monarquia (SERRÃO & MARQUES, 1986, p.379).

O pensamento de elevar o status político da colônia para o de uma província reunida num mesmo sistema administrativo, no entanto, talvez não seja uma preocupação infundada. Após os acontecimentos em Minas e Bahia estava claro para D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, para que as bases continuassem as mesmas, mudanças seriam necessárias na superfície. Isso pode explicar, por exemplo, a nomeação de brasileiros (inclusive de alguns com parentes envolvidos na Inconfidência) para altos cargos administrativos em 1801, um ano após Sousa Coutinho tornar-se presidente do Erário Régio e começar a colocar em prática algumas reformas no Brasil.

Mas o início da expansão francesa exige adequação dos planos propostos por D. Rodrigo, exatamente no momento em que a política portuguesa sofre uma bipolarização em torno de Inglaterra e França. Em 1803 finalmente Sousa Coutinho apresenta seu plano para a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Uma proposta aceitável para muitos portugueses e brasileiros, mas não todos. Para a elite portuguesa que não dependia exclusivamente do comércio com a Inglaterra a proposta era aceitável pela segurança de estar afastada dos conflitos que começavam a pontuar na Europa, bem como para uma melhor administração da parte mais rica do reino. Já para os brasileiros a proposta representava a consolidação da monarquia como forma de governo (não nos referimos aqui ao debate sobre a independência), afastando o republicanismo, que nesses momentos vinha acompanhado das idéias de insurreições e revoluções.

O que percebemos, então, é que a idéia do traslado ganha novos componentes e serve a novos ideais não sistematizados nas propostas que surgiram anteriormente. Idealizada como elemento de um projeto maior, de reforma administrativa e embasada numa situação externa instável, o momento parecia ideal para a realização de uma transferência segura.

Os defensores da idéia do traslado, seus simpatizantes e todos aqueles que eventualmente não desejavam cumprir as ordens vindas da França revolucionária para suspender o trato comercial e o apoio estratégico aos ingleses, por motivos ideológicos e principalmente financeiros, agruparam-se no que se convencionou chamar de 'partido inglês'. É neste grupo que encontramos inserido D. Rodrigo de Sousa

Coutinho, mais por apoiar a trasladação que por simpatizar demais com os ingleses. A resistência vinha, por sua vez, do chamado 'partido francês', um grupo de intelectuais, políticos e comerciantes que teriam muito mais a perder vindo para a colônia americana que entregando a Coroa aos franceses. Por certo esse grupo era engrossado pelos sofrendores de anglofobia, esperançosos de ter naquele momento a oportunidade de se livrarem da órbita inglesa. Outro ponto de resistência à transferência foi feito pelo grupo que se beneficiava com a rentável política de neutralidade engendrada por Portugal desde o do século XVIII, ansiando manter essa situação o quanto fosse possível.

Por isso, o período de 1803 a 1807 em Portugal foi marcado pela bipolaridade política e pela ambigüidade diplomática, muitas vezes confundida com inércia, mas que na verdade consumia muito esforço e dinheiro para ser mantida em curso. Essa situação pôde ser mantida até que, em 1807, após a imposição de um bloqueio terrestre e comercial à Inglaterra pela França (1806) ao qual Portugal não poderia participar e a imposição de outro bloqueio, dessa vez marítimo, imposto pela Inglaterra contra a cidade de Lisboa, o reino peninsular se encontrou sem espaço para outra manobra diplomática e a situação portuguesa era a seguinte: cumprir as ordens francesas e ser bombardeado pelos navios ingleses que obstruíam a costa portuguesa ou usar esses mesmos navios ingleses para cobrir sua retirada para as terras americanas. Tendo em vista que o exército franco-espanhol já marchava em território luso, o que significava a perda da Coroa, não parece que Portugal possuiu enfim outra alternativa senão a da retirada estratégica.

O que procuramos, portanto, com este breve artigo, foi mostrar que a vinda da Corte para a América portuguesa, ao invés de ser explicada como uma rápida e mal preparada reação à expansão francesa colocada em curso pelo furor napoleônico, pode ser entendida como parte de um projeto político reformista português, concebido com base no pensamento iluminista ao longo do século XVIII que visou - em meio à conturbada situação européia e catalisado pela invasão francesa ao território luso - preservar a Coroa e a parte mais rica do reino de Portugal: o Brasil.

Desse modo, compreendendo a transferência como resultado de um processo parece um tanto forçoso, afinal, admitir que ela tenha sido idéia tomada de última hora, ainda que não seja falso dizer que foi posta

em prática no momento final e crítico - como a mosca que aguarda até o último instante para desviar da palmada do gigante e safar-se ouvindo o trovão das mãos nervosas atrás de si. Encarada dessa maneira, a pergunta feita não é mais porque veio a Coroa para a colônia, mas sim porque demorou tanto?

LOPES, Rodrigo Touse Dias. The trajectory of an idea: the thinking of transference of the Bragança Court to the Portuguese America. *Ensaios de História*, Franca, v.7, n.1/2, p.9-21, 2002.

- **ABSTRACT:** *The central objective of this work is a summarized present of some moments of the Portuguese History, where the idea of transference of the Bragança Court to the Portuguese America was ventured, sometimes as exile in a security place (like with Prior do Crato, in 1580), other times like expression of a major project, the creation of a powerful portuguese-brazilian empire seated in the Portuguese America, defended, for exemple, by the diplomat D. Rodrigo de Souza Coutinho. Presented in this form, the image of despaired escape, perpetuated in History, has the inclination to stray in this perspective of persistent idea that now we present.*
- **KEYWORDS:** *Transference of the Portuguese Court; Prior do Crato; Vieira; D. Luís da Cunha; Marquis Pombal; D. Rodrigo de Sousa Coutinho.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIMA, O. D. *João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LYRA, M. de L. V. *A utopia do poderoso império*. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1816. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PRESTAGE, E. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

RABELLO, D. *O Teatro e a Arena: Portugal na política europeia desde os primórdios até o início do século XIX*. São Paulo: Arte & Cultura, 1996.

SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1979.

SERGIO, A. *Breve interpretação da História de Portugal*. 2.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972.

SERRÃO, J.V. *História de Portugal*. O século de ouro (1495-1580). v.3. Lisboa: Editorial Verbo, 1978.

_____. *História de Portugal*. Governo dos reis espanhóis (1580-1640). Vol. IV. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

SERRÃO, J. V. & MARQUES, A. H. O. (dir.). SILVA, M. B. N. da. (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. O Império Luso-brasileiro (1750-1822). Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

O TEATRO E A MODERNIZAÇÃO DOS COSTUMES EM MOCOCA (1894-1918)

*Higina Teixeira MARQUES**

- RESUMO: Considerada uma espécie de "Terra Prometida", a cidade de Mococa esteve inserida no chamado "oeste paulista": região tomada pela cultura cafeeira, e por uma elite que promoveu mudanças radicais nos hábitos culturais destas cidades, inspirada no modelo de civilização da Europa e dos Estados Unidos. O teatro, por onde passavam as grandes companhias nacionais e estrangeiras, foi o ícone destes ideais em Mococa; a cultura local foi constantemente negada, em nome do "bom gosto" e da novidade.
- UNITERMOS: Terras do café; modernização; civilização; teatro.

O teatro é uma escola onde se estudam os costumes, onde se aprende muita coisa, que muitas vezes nos é útil, no correr da vida.¹

As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, como a abolição da escravidão, a construção das ferrovias, a imigração, aliadas à expansão da economia cafeeira, motivaram um intenso processo de modernização nas principais cidades deste complexo. Ao contrário de outras

* Graduanda em História – Unesp Franca. Orientador: Prof. Dr. José Evaldo M. Doin. Bolsista Fapesp.

¹ Cronista do Jornal "A Mococa" (30/04/1898), Ano III, n.101. Fonte: Museu Histórico e Pedagógico "Marquês de Três Rios".

regiões interioranas do país, que ainda viviam na órbita das grandes propriedades, vinculadas às tradições, a região do "oeste paulista" foi palco de um desenvolvimento urbano gerador de novas formas de sociabilidade, novos costumes e do sonho de colher os benefícios da chamada civilização.

A cidade de Mococa, localizada nesta região, foi considerada, neste período, uma espécie de "Terra Prometida": uma área nova, de terras férteis, para onde avançavam os trilhos da "Mogyana" e uma população diversa, fartamente composta por imigrantes italianos.

A nova elite cunhara sua identidade nos moldes da cultura européia, sendo a responsável pelas marcas profundas impressas na paisagem urbana da cidade. Na grande alta do café, em 1895, temos o seguinte cenário:

As ruas eram entulhadas de material de construção, as carroças, os operários e os negociantes, em apressado vai e vem, se entrecruzavam nas ruas em labutar contínuo. Era uma cidade de yanques! (...) Houve ano de se edificarem duzentos prédios. (QUEIROZ, 1902, p.191).

Tais transformações decorreram da necessidade de novos parâmetros epistemológicos que dessem conta da imprevisibilidade do mundo moderno, servindo para consolidar a vitalidade da classe dominante, capaz de mudanças generalizadas sem alterar a hierarquia social. Na busca por valores que traduzissem tal situação, foram cultivados novos rituais de sociabilidade, "novas tradições", alterando profundamente os costumes locais (HOBSBAWM & RANGER, 1997, p.18).

A elaboração do Código de Posturas do Município, através da Lei n.147 de 14 de dezembro de 1899, é um rico exemplo das intervenções, não só na paisagem da cidade, mas também na vida das pessoas. Normas de como se portar em público, proibição de rezas e cantorias populares "em voz alta", e a proibição do "jogo de entrudo", eram impostas através de severa vigilância e aplicação de pesadas multas.

Esta política, que pretendia domar corpos e mentes, dava aos governantes o poder de vetar os antigos cenários e também os costumes locais. Porém, as chamadas "exibições selváticas" nunca foram totalmente controladas, denunciando as fragilidades deste processo civilizador (MEDEIROS, 2000).

A preocupação com a polidez dos costumes, grande missão do Partido Republicano Paulista, pode ser visualizada na sofisticação do lazer, que fazia de Mococa o modelo de progresso da região. Ao mesmo tempo em que surgiam divertimentos em locais abertos, como praças, a esfera pública também se ampliava com a construção de estabelecimentos especializados, como teatros, clubs e salas para exibição de "espetáculos de cinematographo".

O "Theatro São Sebastião", inaugurado em 1894 com a apresentação da revista "O Brasileiro Pancrácio", pela Companhia de Teatro Lucinda, do Rio de Janeiro, marcou época na história da região: seu palco foi pisado pelas maiores companhias teatrais nacionais e estrangeiras do período; viram-se o drama, o lírico, a revista e a opereta, compondo o cenário ideal para a irradiação dos novos costumes, do "bom gosto" e do consumismo:

De conformidade com os annuncios distribuidos por ocasião da festa de São Roque, no próximo mez de setembro deverrá chegar a esta cidade a excellente Companhia de Mágicas, Revistas e Operetas do Theatro Recreio Dramático, do Rio de Janeiro (...)

Actualmente esta importante companhia, trabalhou no Polytheama de S.Paulo, com um sucesso que tem sido proclamado por todos os jornais da capital (...)

A vinda a esta cidade da grande Companhia Silva Pinto, demonstra as sympathias que o povo de Mococa, inspirou-lhe quando aqui esteve há dous annos. (Jornal "A Mococa", 28/08/1897, ano II, n.68).

Durante os freqüentes espetáculos teatrais, a elite comparecia em grande estilo para apreciar os mais famosos artistas da época, como Medina de Souza, Colas, Emma Gravina, Miola, Leonardo e Lea Delormel. As lojas anunciavam as "novidades" trazidas especialmente para que as "exmas senhoras" pudessem exibir seu "gosto refinado" e se diferenciarem do público comum.

Quando se realizavam temporadas com as grandes companhias, já pela manhã, os ingressos se esgotavam - confirmando a importância do teatro como ícone maior do ideal da civilidade cultivada. Os comentaristas demonstram o fascínio exercido pelas luxuosas montagens:

Machinismo perfeito, scenários brilhantes, enfim, mise- em- scene irreprehensivel (...).

Feéricas apotheoses finais, bailados soberbos da graciosa signora Chiarini foram freneticamente applaudidos. ("Compahia Silva Pinto". Jornal "A Mococa", 18/09/1897, ano II, n.71).

O forte apelo visual presente no teatro traduzia a ampla reforma cultural que transformava os espectadores em ávidos consumidores (RAPPAPORT, 2001, p.195); o olhar passava a conduzir os corpos sedentos por consumir as roupas, os gestos, as músicas, enfim: tudo o que representasse aquele ideal de cultura "superior".

Os hábitos, antes discretos e rígidos, adquiriram um caráter mais expansivo e público; as diversões estavam na ordem do dia:

Dançar, dançar e... dançar. É a mania dos moços mocoquenses; tudo... tudo eles deixam por um baile! (Jornal "A Mococa", 20/08/1896, ano I, n.20).

E os rapazes foram tomados pela preocupação com a aparência, cedendo também aos encantos da moda, despertando olhares e desejos:

... o Braulino mandou reformar o redêndóc, o Raphael mandou fazer uma calça cor de flor de alecrim (...). O Alvino mandou buscar sabonetes aromáticos em S.Paulo, o Cruz então, vai operar o nariz porque algumas moças não querem dançar com ele... (Jornal "A Mococa", 20/08/1896, ano I, n.20).

Quanto à emancipação feminina, deste extrato superior da sociedade, houve uma restrição ao alargamento do espaço público para as mulheres. Eram prioritariamente consumidoras, porque era, o consumo, o meio mais divulgado de acesso à uma cultura metropolitana. A enchente de propagandas nos jornais e a invasão de revistas femininas que priorizavam a moda, as convidavam a explorar a cidade através das lojas. Enquanto locais de diversões noturnas, como os "clubs", eram restritos aos homens.

Ao analisarmos as festas populares, podemos notar, mais claramente, a diluição dos laços de identificação com as raízes locais; há uma constante crítica por parte dos cronistas sobre as comemorações do "reinado de Momo", taxadas de monótonas e "pobres". Em 1897, foi organizada uma comissão para realizar na cidade um "carnaval comme il faut", recolhendo dezenas de assinaturas (Jornal "A Mococa", 13/02/1897, ano II, n.44). O cortejo foi composto por vários carros "ricamente decorados", que conduziam jovens "magnificamente phantasiadas com ricas toilettes", além de uma longa fila

de cavalheiros a caráter e até um menino fantasiado de "Mephistopheles", que discursava ao público mostrando as vantagens do carnaval. Durante os três dias, à noite, o teatro, devidamente ornamentado, recebeu os mascarados para um "riquíssimo baile" (Jornal "A Mococa", 07/03/1897, ano II, n.47).

Primando sempre pela ordem, mesmo em meio à euforia, foram elaboradas regras para a participação no cortejo, bem como para quem estivesse usando máscaras; e a elite se orgulhava então do grau de progresso de sua terra.... Mas um fato "lastimável" fora registrado: a ocorrência do "jogo de entrudo" em alguns pontos afastados do centro. O jornal cobrava uma atitude das autoridades, pois, segundo o Código de Posturas, tal manifestação estava expressamente proibida.

Como um autêntico componente moderno, o ideal de civilização não poderia deixar de conter elementos ambivalentes (STAROBINSKI, 2001) e as "máscaras" serviam para disfarçar vícios como o jogo e a mentira, que compunham as "soirées" nos belos palacetes:

Aos sons harmoniosos da já bem boa banda do Prof. Francisco Pires, misturavam-se os gritos de en avant, balance, tour, gallop, prego-lhe seis, toma novel! Em uma promiscuidade extravagante, mas alegre e boa.

O truque vae avassalando o nosso grand mond, e cousa notável já se diz em Mococa, que quem não joga truque e não mente, não é filho de boa gente... (Jornal "A Mococa", 26/09/1897, ano II, n.72).

Seguindo a própria lógica da economia cafeeira, que se constituía, basicamente, da especulação, das incertezas da cotação do produto no mercado internacional e do próprio clima, o vício do jogo, entre a elite, era tido quase como um dom (SEVCENKO, 1992, p.87).

Essa classe de homens progressistas não poupou esforços para romper suas ligações com a tradição e viver a Belle Époque de conquistas tecnológicas e de uma sociabilidade urbana com ares de grande centro (CAMARGOS, 2001, p.32). O poder público, comandado pelos interesses privados, investia diretamente na manutenção dos teatros, como nos indicam os requerimentos de proprietários dessas casas (prontamente atendidos), pedindo grandes quantias para as eventuais reformas e expansões de que careciam os estabelecimentos (Atas da Câmara Municipal de Mococa, 07/10/1897, Livro 10).

Em Mococa, a comparação com a capital do estado era constante. Quando um crítico do jornal *O Correio Paulistano* sugeriu que uma determinada "troupe" fosse para a cidade, por não servir para São Paulo, obteve a seguinte resposta:

É bem possível que não conheça o que é Mococa e talvez nunca ouvisse falar no que é esta próspera cidade em gosto theatral. Desconhece o crítico que aqui a platêa é tão exigente quanto a da capital; Desconhece que a custo de muito dinheiro, só pelo gosto bom, já trabalharam em nosso teatro: Tiozzo, Leonor Rivero, Medina de Souza, Miola, Colas, Leonardo Brandão, Cúneo França e muitos outros artistas que S. Paulo tem aplaudido... (Jornal "A Mococa", 02/04/1898, ano II, n.98).

Em 1912, foi inaugurado o "Theatro Variedades", um ambiente "espaçoso, moderno e confortável", com capacidade para 1.200 pessoas, que contava com um "cinematographo" último tipo, por onde passaram notáveis companhias, como a "Compahia Dramática Italiana" com Clara Della Guardia e a "Companhia Italiana de Operetas" com Alberto Capozzi e Clara Weiss.

E, como que para não deixar dúvidas do esforço empreendido no "aprimoramento" do gosto, em 1918, foi apresentada neste teatro, com enorme sucesso, a peça que debochava dos costumes do interior "A Caipirinha"; como o público da capital do Estado, que idealizava a vida no interior, o público mocoquense a prestigiou e elogiou, tratando o conteúdo da peça como distante de sua realidade. (Jornal "A Mococa", 28/07/1918, ano XXIII, n.1.122).

Era preciso mostrar que aquela era uma cidade onde seus habitantes possuíam uma civilidade superior, em oposição à idéia de campo e zona rural retratados. Os discursos dos cronistas buscam, enfaticamente, construir a imagem desta cidade.

O fenômeno da Regeneração se mostra mais avassalador quando percebemos que a elite cafeeira do interior esteve em perfeita sintonia com "as forças inexoráveis da civilização e do progresso" (SEVCENKO, 1998, p.595), cultivando, dentro dos limites das pequenas cidades, rituais cosmopolitas.

FIGURA 1 – O TEATRO VARIEDADES

Variedades
 Empresa Teatral PHILARMONICA MOCOQUENSE
 28 de Dezembro ■ DOMINGO ■ 28 de Dezembro
 Primeira Companhia Dramática Italiana de célebres atores
CLARA DELLA GUARDIA
 Regida pelo célebre ator **Ettore Paladini**
 Segunda e última noite de Assagatura *** GRANDE SUCESSO
A Dama
DAS CAMELIAS
 de Alexandre Dumas
 CLARA DELLA GUARDIA
 Ettore PALADINI
 LUXUOSA MISE-EN-SCENE
 PREÇOS: Páris, os Camélias, 25.000 fr. - Quinta de La Camélie - Quinta de La Camélie - Quinta de La Camélie
 Legendários 20. Grande Espetáculo 14.000 fr. e as Harmonias a outros atores
CLARA DELLA GUARDIA

O Teatro Variedades, inaugurado em 1912, com capacidade para 1400 pessoas, manteve, durante um longo período, a tradição de grandes espetáculos. No cartaz, uma das maiores artistas da época, Clara Della Guardia da Companhia Dramática Italiana; espetáculo realizado em 28 de dezembro de 1919.
 FONTE: Museu Histórico e Pedagógico "Marquês de Três Rios".

MARQUES, Higina Teixeira. Theater and modernization of lore in Mococa (1894-1918). *Ensaios de História*, Franca, v.7, n.1/2, p.23-31, 2002.

- **ABSTRACT:** Considered like a "Promised Land", the city of Mococa was inserted in the entitled "West Paulista": region taken by the coffee cultivation, and by a elite that promoted radical changes in the cultural practices of the cities, inspired in the European and North American standards. The theater, whereabouts passed the grandees national and international companies, was the icon of these ideas in Mococa; the local culture was constantly denied, in place of the "wisdom" and the newness.
- **KEYWORDS:** coffee domains; modernization; civilization; theater.

FONTES

Jornal "A Mococa" (1896-1919).

Cartazes do Teatro Variedades (1918-1918).

Código do Município de Mococa. Lei n.147 de 15 de dezembro de 1889.

Diversas Revistas Femininas (1910-1930).

Acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Marquês de Três Rios". Mococa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGOS, Márcia. *Villa Krrial*. Crônica da Belle Époque paulistana. São Paulo: Editora Senac, 2001.

RAPPAPORT, Erika D. Uma nova era de compras: a promoção do prazer feminino no West End londrino 1909-1914. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (org). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac e Naify Edições, 2001.

HOBBSAWM, Eric (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MEDEIROS, Lená de. Nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais. In: MATOS, Maria Izilda (org.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'água, 2000, p.109-129.

PALADINI, Carlos Alberto. *Assim nasceu Mococa*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.

QUEIROZ, Humberto de. *Mococa de sua formação até 1900*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1902.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REVOLUÇÕES DE 1930 E 1932, ALGUMAS CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES

*Filipe de Faria Dias LEITE**

- RESUMO: Este trabalho tem por finalidade demonstrar como ocorreram os processos revolucionários de 1930 e 1932, assim como algumas peculiaridades e intrigas políticas presentes nestes processos, que se iniciaram com a campanha eleitoral de 1929 e foram finalizados com a revolução constitucionalista de 1932.
- UNITERMOS: Aliança Liberal; Revolução de 1930; Revolução constitucionalista de 1932; Frente única paulista; Estado Novo.

Dentro da história nacional muitos processos revolucionários se estenderam, porém alguns como as revoluções de 1930 e 1932 tiveram aspectos peculiares em sua realização, no pós-revolucionário e no que diz respeito aos efeitos imediatos em determinadas regiões do país, como veremos a seguir.

Desde o início dos descontentamentos com a política exercida por Washington Luís em 1929, a Aliança Liberal conspirava com a finalidade de formação de um levante armado, já que nas eleições presidenciais o candidato situacionista, Júlio Prestes, encontrava-se um pouco mais próximo da vitória nas urnas em relação ao candidato aliancista Getúlio Dornelles Vargas.

Com o respaldo da eminente campanha presidencial, o chefe da Aliança Nacional Liberal (ANL) viaja pelo país e promove articulações

* Graduando em História – Unesp Franca. Orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel.

políticas que prevêm a necessidade de um levante armado, no caso de derrota nas urnas. João Neves foi um dos grandes elos de ligação deste processo; esse lançava idéias revolucionárias em Pernambuco (SILVA, 1972, p.41) e argumentava a necessidade da união entre povo e governo para a existência de um real progresso nacional. Tem-se neste momento a primeira fase da conspiração revolucionária, que ainda compreendia a união de chefias políticas. No decorrer da campanha eleitoral os articuladores políticos aliancista conseguem semear uma conspiração contra o governo federal.

O fundador do Partido Democrático Paulista, Joaquim Sampaio Vidal, era o principal mediador entre a ANL e São Paulo (SILVA, 1972, p.58). O Estado de São Paulo posteriormente demonstrou-se como o principal foco de resistência das investidas das tropas revolucionárias aliancistas.

Como já era esperado, o resultado das urnas mostrou a derrota do candidato da Aliança Liberal Getúlio Dornelles Vargas para o candidato republicano Júlio Prestes, com uma diferença mínima de 270 mil votos. Muitas cogitações quanto à idoneidade daquelas eleições foram colocadas, como exemplo, o comparecimento de 99% da população do Rio Grande do Sul nas urnas, deixando uma diferença de 297 mil votos a favor do candidato aliancista (SILVA, 1972, p.72). O pronunciamento de João Neves, "As eleições presidenciais evidenciaram o triunfo da ata falsa. Diga-se a verdade: ata falsa de um e de outro lado" (SILVA, 1972, p.72), nos dá uma idéia da desorganização do processo eleitoral de 1929.

Ao confirmar-se a vitória do candidato situacionista Júlio Prestes, Getúlio Vargas prontamente mobiliza as forças revolucionárias já formadas anteriormente no processo político eleitoral, contrariando o ideal de João Neves, o qual defendia a organização da Aliança Liberal como uma força fiscalizadora do poder liberal, na tentativa da preservação da república.

Assim, dentro da Aliança Liberal havia uma dissidência entre legalistas e revolucionários, sendo que os revolucionários empolgavam os legalistas na prerrogativa da ocorrência de fraude eleitoral naquele ano.

O exilado Luís Carlos Prestes foi cogitado a ser o chefe do movimento aliancista, porém ao se divergir com Getúlio Vargas no aspecto em que Prestes condicionava a chefia militar à rejeição da

colaboração dos políticos, a coordenação do processo revolucionário acaba nas mãos de Osvaldo Aranha.

A estratégia revolucionária era a eclosão do movimento simultaneamente em várias partes do país. O Rio Grande do Sul contava com o apoio de Minas Gerais e da Paraíba. Estava marcada a estratégia: o nordeste seria dominado pela Paraíba, enquanto Minas Gerais segurava as forças legalistas no centro do país, e o Rio Grande do Sul dominaria as regiões sul e sudeste, sendo que a última possuía maiores condições de supressão do levante, tomando o poder no Rio de Janeiro (SILVA, 1972, p.115-119).

Luís Carlos Prestes, antes pertencente à Aliança Liberal, coloca-se contra a revolução burguesa, defende agora idéias comunistas e enfraquece assim, a conspiração varguista, uma vez que sua presença tinha grande influência internacional na captação de recursos bélicos e financeiros.

Joaquim Sampaio Vidal, que tentou organizar o movimento revolucionário no estado de São Paulo, foi substituído por Ricardo Hall, porque São Paulo era considerado um dos pontos de menor popularização do movimento revolucionário de 1930, apoiando o candidato situacionista e, até então, sucessor presidencial, Júlio Prestes.

Com inúmeras decepções financeiras, o movimento revolucionário perde sua efervescência. Os dois estados aliados ao Rio Grande do Sul, só conseguem lhe enviar a metade de suas cotas financeiras, as quais foram previamente estipuladas pela organização do movimento, desestimulando seus próprios homens na cooptação revolucionária.

Um dos maiores agravantes para a retomada daquela exaltação perdida pela crise financeira, foi o assassinato do governador da Paraíba João Pessoa, em Salvador na Bahia, no dia 26 de julho de 1930. Este assassinato levantou no estado da Paraíba inúmeras revoltas populares, que acabaram por destruir grande parte dos patrimônios municipais paraibanos (SILVA, 1972, p.180). Com este agravante, a população do Rio Grande do Sul via-se a cada dia mais próxima da inevitável revolução.

No dia 2 de Outubro de 1930 em Porto Alegre, Osvaldo Aranha se reúne com a elite organizacional revolucionária, os quais definiram a data e a hora para a eclosão da esperada revolução. Pontos estratégicos são tomados, e às 14:00h do dia 3 de Outubro de 1930, a revolução eclodia

em Porto Alegre e nos demais estados mobilizados na madrugada (SILVA, 1972, p.192-197) do dia 4 de Outubro.

Inicialmente, os revolucionários não encontraram resistência governista em seus estados de origem, somente alguns focos de resistência governamental que não trouxeram dificuldades para os revoltosos aliancistas, porque não havia nenhum plano de combate governamental à revolução definido, agravando a tentativa de repressão do movimento pela sabotagem de grande parte dos armamentos governamentais premeditadamente pelos aliancistas.

Somente no Rio Grande do Sul, cerca de 14 mil homens encontravam-se prontos para a luta. Tomaram o estado do Paraná sem dificuldades, mas receberam um duro golpe no campo de batalha dos paulistas, pois este estado encontrava-se mais preparado para a tentativa de suplantação do movimento de 1930 (SILVA, 1972, p.213-214). Vargas encontrava-se em marcha rumo à Capital Federal no Rio de Janeiro, não deixou o governo do estado do Rio Grande do Sul com seu substituto imediato, que seria o vice-governador ou o presidente da câmara dos deputados, e sim com seu homem de confiança Osvaldo Aranha.

O contingente de armamentos e munições estocados nos batalhões conquistados pelo país, não supria às necessidades do exército aliancista, que precisava de imediatas importações de materiais bélicos. Essa situação agrava a complicada crise financeira aliancista. Getúlio Vargas consegue ajuda financeira no exterior. Com esta ajuda, Osvaldo Aranha consegue a entrada dos materiais necessários que vinham do continente Europeu e entram no Brasil pela Argentina, dando um golpe final às tentativas de supressão dos paulistas, os quais encontravam-se cercados pelas tropas aliancistas.

Com a tomada do estado de São Paulo, conseqüentemente a Capital Nacional é ocupada. O presidente da república Washington Luís foi deposto e convencido a deixar o palácio do Catete para refugiar-se no forte de Copacabana. Assim, com a prisão de Washington Luís, seu substituto imediato, o vice-presidente Fernando Mello Viana, não assumiu o cargo, pois se encontrava preso pelos aliancistas. Seguindo esta lógica, o presidente do Supremo Tribunal Federal e o presidente da Câmara dos Deputados também encontram-se impossibilitados de assumir a presidência nacional, já que encontravam-se refugiados em embaixadas

estrangeiras. Sem um substituto para o cargo de Presidente da República, o poder é administrado por uma junta governativa composta por militares.

Desta forma, com a posse do Governo Federal garantida pela junta militar, as hostilidades revolucionárias cessam, havendo o dissolvimento do congresso nacional e a desincorporação do efetivo de reservistas solicitado com a finalidade de complemento numérico para o combate. Logo após estes atos, o comando nacional é entregue à Getúlio Dornelles Vargas, que coloca seus ministérios em funcionamento: Relações exteriores – Afrânio de Mello Franco; Fazenda – Agenor de Roure; Agricultura, Indústria e Comércio – Paulo Moraes de Barros; Guerra – Leite de Castro; Marinha – José Isaías de Noronha; e a chefia da polícia foi entregue a Bertoldo Klinger (SILVA, 1972, p.398).

Conseqüentemente, o presidente Getúlio Vargas reorganiza os revolucionários em seus estados de origem e traz dezessete propostas de reconstrução nacional, que recebe apoio popular incondicional, principalmente pelo caráter populista de seu governo.

No entanto, a população paulista não ficou ileso pelo apoio contrário declarado à Aliança Liberal no decorrer da revolução de 1930, e também anteriormente ao apoiar o candidato à presidência da República Júlio Prestes, rival de Getúlio na campanha eleitoral de 1929. Getúlio Vargas gerou descontentamentos na população paulista ao nomear como interventor para o estado, um homem que não se enquadrava nas características esperadas, esse era militar e não natural de São Paulo.

Antes de Getúlio Vargas assumir o poder nacional, os dois partidos dominantes no estado de São Paulo, o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PRP), que anteriormente às eleições presidenciais encontravam-se em constantes conflitos políticos, mostram nesse momento uma união que tinha por finalidade a formação de uma "Frente Única" paulista, que reivindicava basicamente a reconstitucionalização imediata do país, prometida por Getúlio Vargas e ainda não cumprida (BEZERRA, 1989, p.14-18); a substituição do atual interventor no estado por um interventor paulista e civil, porque em São Paulo já havia passado uma série de interventores que somente conseguiram suplantam às aspirações revolucionárias da população

paulista e acabar com as insatisfações das classes médias paulistas perante o governo provisório.

Os militares e políticos do estado de São Paulo, junto às reivindicações de caráter burguês e popular citadas acima, demonstram também certo descontentamento com o governo provisório. Está pronta a base para a formação de um levante regional que abre caminho para o início dos protestos contra o governo de Getúlio Vargas.

A preparação política da revolução constitucionalista contou com o apoio de políticos, militares, da Associação Comercial de São Paulo, da Associação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entre outras organizações burguesas paulistas. As principais articulações políticas processam-se entre o Partido Democrático e alguns políticos do Rio Grande do Sul, que posicionaram-se contra a Aliança Liberal e nesse momento tornaram-se simpatizantes com a causa paulista.

Outras reivindicações latentes ao levante têm características econômicas, que ficaram evidentes com a crise do café, que gerou o êxodo rural e trouxe graves problemas sociais e urbanos para São Paulo, pois este era muito dependente das exportações cafeeiras. Os organizadores da Revolução Constitucionalista levaram até a população paulista, que a solução total destes problemas estaria na imediata reconstitucionalização do país e na deposição do atual presidente. Recebe, com esta afirmação, apoio incondicional das massas paulistas.

Com a evidenciação em caráter nacional do "caso paulista", manifestações populares eclodiram por todo o estado encabeçadas pelo Partido Democrático e pelo Partido Republicano Nacional, caracterizando a frente única paulista.

O marco inicial da Revolução Constitucionalista de 1932 foi a manifestação popular ocorrida no dia 23 de maio, conhecida como MMDC,¹ que resultou na morte de 4 manifestantes, sendo eles Martins,²

¹ Este foi um importante marco na revolução constitucionalista, pois ascendeu um mártir para a exacerbada população (BEZERRA, 1989, p.16).

² Mário Martins de Almeida, filho do coronel Juliano Martins de Almeida e Francisca Alves de Almeida, nasceu na cidade de São Manuel, no interior de São Paulo, em 8 de fevereiro de 1901. Estudante do colégio Mackenzie, Martins morreu aos 31 anos e foi sepultado no cemitério da Consolação.

Miragaia,³ Drausio⁴ e Camargo.⁵ A MMDC incentivou a população de São Paulo a pegar em armas.

Góis Monteiro alerta ao presidente Getúlio Vargas sobre a tentativa de um levante armado em São Paulo. O presidente que tenta de várias maneiras adiar a efetivação deste, lançou oito medidas emergenciais e depois mudou o interventor no estado. Essas tentativas tiveram sucesso, pois a população paulista já se encontrava extremamente inflamada a favor da revolução.

Osvaldo Aranha e os tenentes, que durante a revolução de 1930 faziam parte da Aliança Liberal e participaram efetivamente do governo provisório, são afastados por Getúlio Vargas por simpatizarem com a causa paulista. A força pública paulista também posiciona-se a favor dos revolucionários, e o exército paulista permaneceu sem se pronunciar a favor de nenhum dos lados no conflito.

Na prerrogativa de desmoralização e desmotivação da população de São Paulo, Getúlio Vargas pratica intensa campanha, com o argumento que aquela causa era meramente separatista e revanchista à revolução de 1930. São Paulo defende-se e desenvolve também uma intensa propaganda para desmentir as acusações feitas por Getúlio Vargas, que caracteriza a unidade nacional e evidencia seus ideais revolucionários.

Contando com a adesão do Rio Grande do Sul, com a simpatia de Minas Gerais, e também com a confiança da espera de soldados provenientes do Mato Grosso, após uma série de articulações políticas

³ Euclides Bueno Miragaia, filho de José Miragaia e Emilia Bueno Miragaia, nasceu no dia 21 de abril de 1911, em São José dos Campos. Ele cursou a Escola de Comércio Carlos de Carvalho até o terceiro ano e se transferiu para a Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo. Miragaia trabalhava como auxiliar de cartório quando morreu, aos 21 anos.

⁴ Drausio Marcondes de Souza tinha 14 anos quando morreu. Ele nasceu em São Paulo, no dia 27 de setembro de 1917, e era filho de Manuel Octaviano Marcondes de Souza e Otília Moreira da Costa Marcondes. Depois de ser atingido no conflito, Drausio passou quatro dias no hospital. Morreu em 28 de maio e foi sepultado no cemitério da Consolação.

⁵ Antônio Américo de Camargo Andrade, filho de Nabor de Camargo Andrade e Hermelinda Nogueira de Camargo, morreu aos 31 anos. Ele era casado com Inaiah Teixeira de Camargo e deixou três filhos: Clesio, Yara e Hermelinda.

chefiadas por juntas militares constituídas também por civis, no dia 9 de julho de 1932 (BEZERRA, 1989, p.17), eclode a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, que tem como estopim o grande descontentamento político e militar e o civismo exacerbado da população paulista gerado pela intensa propaganda feita pelos articuladores do levante.

No dia 12 de julho, em manifestação oficial, a liderança do movimento esclarece suas finalidades, sendo elas: a imediata reconstitucionalização do país e a troca do ditador por um governo constitucional, por via de eleições imediatas (BEZERRA, 1989, p.18).

Porém a luta paulista tem início com limites determinados, pois a falta da articulação necessária com o estado do Rio Grande do Sul, não proporciona apoio material, e a simpatia afirmada por Minas Gerais ao levante, agora não se confirma, posicionando-se ao lado dos legalistas. Surge um outro agravante, as esperadas tropas mato-grossenses que auxiliariam as tropas paulistas não chegaram. A análise da situação descrita anteriormente mostra que a grande força inicial do movimento paulista perde-se de maneira brusca antes da sua constituição total, diminuindo as chances de êxito daquela revolução.

A principal força econômica mantenedora do levante foi a população de São Paulo, que trazia em si fortes laços políticos-partidários. Essa força caracterizava-se pela unanimidade das classes presentes, pelo júbilo das massas e pelo grau de violência exercida pelas mesmas. A população paulista posiciona-se em três reações diferentes, uma parte consciente e capaz de gestos políticos eficazes, outra com a visão de que a população era manipulada por interesses particulares e a terceira caracterizava-se pela frieza política com que alguns comandavam as massas para um movimento popular, objetivando acabar com o governo provisório. Ficam nítidos neste momento, os mecanismos manipuladores por parte de alguns para com toda a população.

O caráter popular do levante de 1932 é configurado na grande procura por alistamento voluntário de jovens, que demonstraram interesse em combater por São Paulo, e na ajuda em espécie, principalmente em campanhas arrecadatórias como "ouro para São Paulo" e "Capacete de Aço" (BEZERRA, 1989, p.32). Uma peculiaridade presente neste momento é a união das diferentes classes sociais em busca de um mesmo ideal, o

ideal da causa paulista. Esta característica popular é intensamente trabalhada pela imprensa paulista, que populariza somente os pontos positivos do voluntariado e em certos momentos até mente, manipulada pelos políticos paulistas, contradizendo as relações existentes entre as diferentes classes paulistas.

A principal forma de dominação exercida na época do armistício está no campo ideológico, pregando a imagem de um estado sem diferenças de classes e próspero, convencendo as populações dominadas ideologicamente, de que elas participam de mudanças no destino não apenas de São Paulo, mas também da nação brasileira.

Posterior a esta trama ideológica e social, durante o período de Agosto à Setembro de 1932, o confronto armado entre as tropas legalistas e constitucionais se tornou inevitável, finalizando à tentativa de superação das forças paulistas sobre as forças nacionais, cessando-se as hostilidades no dia 2 de Outubro daquele ano. Para as forças paulistas a principal derrota não aconteceu junto às trincheiras em seu território, mas nas traições e deslealdades sofridas no interior do seu exército constitucional.

No entanto, após a supressão da causa paulista, as principais reivindicações conseqüentes à revolução foram atendidas, dentre elas a fixação das eleições para assembleia constituinte. Estabelecida a data da eleição, na tentativa de reconquistar o poder nacional para São Paulo, ocorre a fundação do partido constitucionalista, porém sem sucesso.

A Revolução Constitucionalista de 1932 demonstra a luta entre grupos pela conquista do poder. Este episódio histórico soluciona-se pela barganha entre Getúlio Vargas e a burguesia dominante, abrindo o caminho para o Estado Novo.

O mito da Revolução Paulista ocorre em um período de intensa transformação social no estado de São Paulo, fixando suas bases, em geral, na angústia da população, e na incerteza de um futuro próspero.

A forte ligação entre a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932, expostas aqui, como parte de um processo de transformações necessárias para a evolução social de nosso país, mostra-se naquele momento como pioneiro de uma mudança político social buscada intensamente pela sociedade em geral, anteriormente a esta época e, até os dias atuais.

Delimitando-se o espaço histórico estudado, estas revoluções abrem as portas para a formação de um espaço relevante e determinante na evolução política nacional, que é a formação do Estado Novo, em 1937.

LEITE, Filipe de Faria Dias. Revolutions of 1930 and 1932, some characteristics and conditions. *Ensaios de História*, Franca, v.7, n.1/2, p.33-42, 2002.

- **ABSTRACT:** *This article intends to demonstrate how the revolutionaries processes of 1930 and 1932 occurred, and also get some peculiarities and politician entanglements presents in these processes, that were initiated with electoral campaign of 1929 and ended with the Constitutionalist Revolution of 1932.*
- **KEYWORDS:** *Liberal Alliance; Revolution of 1930; Constitutionalist Revolution of 1932; Unique Paulista Front; New State.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Holien Gonçalves. *O jogo do poder*. 1.ed. *Revolução paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1989.

SILVA, Hélio. *1932, a guerra paulista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Hélio. *1930, a revolução traída*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. Historiografia e História*. 16.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AS PAIXÕES CÍVICAS DO LIBERALISMO E DO SOCIALISMO

Milton Andreza dos REIS*

- **RESUMO:** A partir do livro *Em busca do socialismo democrático* de Walquiria Domingues Leão Rego discute-se o diálogo entre liberais e socialistas na Itália dos anos 20 e 30. Explora-se também a maneira singular pela qual a cultura política italiana possibilitou a aproximação entre liberais e socialistas na Itália.
- **UNITERMOS:** Intelectuais; Liberal-socialismo; liberalismo; socialismo.

Diante da constrangedora realidade de colapso do “comunismo histórico”, foram muitos os socialistas que preferiram fechar os olhos e não reconhecer “a imensa gravidade da crise das forças políticas que integravam o campo a que tinham aderido” (KONDER, 1992, p.13). Outros, mesmo aos prantos, apontavam para a bravata conservadora e falavam em propaganda enganosa. Porém, “pouco a pouco a implosão das fortalezas do socialismo real se tornou evidente demais para que os recalitrantes continuassem a negá-la” (KONDER, 1992 p.13). Chegava o momento de se fechar para balanço, de se reavaliar os trajetos tomados e necessariamente abrir-se ao diálogo.

O belo trabalho *Em busca do Socialismo democrático* de Walquiria Domingues Leão Rego, aborda justamente esta proposta de diálogo. Neste livro, a autora aproveita sua larga experiência no trato com a temática dos intelectuais para registrar em que momento e como se desenvolveu a fecunda relação entre liberais e socialistas na Itália dos

* Graduando em História – Unesp Franca. Orientador Prof. Dr. Alberto Aggio.

anos 20 e 30.¹ “Tempo de homens partidos”² entre o trágico início de século XX e a necessidade intrínseca de fazer ressurgir o Estado nacional italiano diante de um contexto conflituoso em toda a Europa.

Partindo de um arcabouço teórico que articula história intelectual, texto e contexto, no primeiro capítulo, o dilema da situação italiana estrutura suas considerações acerca dos intelectuais, além de permitir a exploração, de maneira singular, das implicações da idéia de capitalismo tardio, buscando demonstrar as inadequações do pensamento liberal italiano frente à realidade de um Estado dotado de fortes entraves ao desenvolvimento do ideário político liberal como um todo. Em suas palavras, “o dilema liberal italiano estava inscrito no destino dos povos que chegaram tardiamente ao capitalismo. No caso italiano, as promessas emancipatórias do liberalismo, como, por exemplo, a liberação do despotismo religioso e, por conseguinte, a instauração de uma cultura laica, não encontraram no país combatentes de carne e osso” (REGO, 2001, p.43). Em outros termos, diante da impenetrável presença da Igreja Católica e da ascensão do Estado fascista, o liberalismo surgia na vida social italiana sem constituir raízes, sem mover paixões.

Não totalmente. A partir do segundo capítulo, o trabalho ganha movimento e a trajetória intelectual de Piero Gobetti (1901-1926) redimensiona o papel e a postura do liberalismo político, que passa então a aprofundar uma certa cultura revolucionária que agitava e dividia opiniões na Europa dos anos 30 (MACHADO, 1998). Exemplo típico da pequena burguesia intelectual, Piero Gobetti registra de maneira singular o paradoxo do intelectual burguês diante do surgimento da classe operária, que a partir da Revolução Russa de 1917 exercia sobre eles a mesma atração que a “lua exerce sobre as marés” (REGO, 2001, p.75).

De acordo com Waquiria, “no caso de Gobetti, seu sincero compromisso com a luta operária e com a instauração, na Itália, de uma

¹ Walquiria Domingues Leão Rego em parceria com Ricardo Antunes é autora de *Lukács em Galileu no Século XX* e em parceria com Elide Rugai Bastos publicou *Intelectuais e Política: A moralidade do compromisso*, além de inúmeros artigos em revistas científicas especializadas em história política e sociologia.

² ANDRADE, Carlos Drumond. *A Rosa do Povo*. apud KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: O pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1992, p.61.

sociedade liberal-socialista o impeliu a viver apaixonadamente a tensão dessa dupla exigência: permanecer liberal, mas infundindo no liberalismo os imperativos igualitários da tradição socialista” (REGO, 2001, p.75).

Após Gobetti, a autora apresenta uma certa autocrítica do liberalismo italiano. Como se para abarcar o socialismo fosse necessário antes uma reavaliação dos momentos e da estruturação do próprio liberalismo. Neste movimento de contração teórica, o papel desempenhado pela geração de Benedetto Croce, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, sobre jovens intelectuais como Piero Gobetti, Guido Calogero, Aldo Capitini e Antônio Gramsci, toma conta do trabalho, renunciando o surgimento do liberal-socialismo.³ Este é o cerne do terceiro capítulo, cercado pelo clima pesado de repressão fascista que dominava a *Scuola Normale Superiore Di Pisa*.

Circunscrito a um debate de idéias entre intelectuais, “o movimento liberal-socialista absorve assim a tarefa de esclarecimento e de aprofundamento ideológico-político, que teve a sua validação histórica na progressiva orientação das “melhores mentalidades políticas italianas” e do espontâneo encontro sob o mesmo terreno problemático” (REGO, 2001, p.110).

Nestas condições, surge na Itália, em 1940, o primeiro manifesto liberal-socialista que tinha como fundamento substancial a unidade e identidade de uma razão ideal, onde, liberalismo e socialismo se distinguem somente como especificações concomitantes e complementares. Uma das quais mira a justa medida de certas liberdades, e a outra visa igualmente à justa medida de outras certas liberdades (REGO, 2001, p.123). Em outros termos, preservação das liberdades do indivíduo e justiça social para todos.

Dotado de um forte conteúdo moral e ético, o discurso liberal socialista, por sua vez, obriga a autora, no quarto capítulo, a pensar somente a união entre liberalismo e socialismo em Guido Calogero, momento no qual expõe os principais pontos filosóficos deste movimento

³ Neste sentido, seguimos de perto as considerações feitas por Leandro Konder acerca do pensamento teórico enquanto ação política, exposta nos seguintes termos: “A práxis é a atividade que, para se tornar mais humana, precisa ser realizada por um sujeito mais livre e mais consciente. Quer dizer: é a atividade que precisa da teoria”. (KONDER, 1992, p.116)

intelectual peculiar dos anos 30. Para tanto, retoma-se a discussão acerca do pensamento idealista de Benedetto Croce, mas agora crivado pela ótica de Calogero. Conseqüentemente, essa é a parte mais densamente liberal do livro, pois ao destrinchar o pensamento de Calogero, a autora penetra com maestria no interior da cultura política italiana desvendando não apenas os conceitos de justiça e liberdade, mas também a realização destes conceitos à medida em que ressalta a singularidade do pensamento liberal-socialista diante de outras feições do liberalismo e do próprio socialismo. Neste sentido e "por todas essas razões, a concepção de democracia em Calogero se reveste de uma forte conotação normativa, pois exige a combinação concomitante de aspectos essenciais do liberalismo político e justiça distributiva", tendo como indissolúvel a idéia de uma "democracia política como método de escolha dos dirigentes e garantismo jurídico às liberdades irrenunciáveis conquistadas pela civilização moderna, com os também inegociáveis direitos de todos os homens de participar igualmente da fruição dos bens do mundo" (REGO, 2001, p.145).

No quinto capítulo, a autora abandona um pouco seu esquema argumentativo de uma história intelectual de texto e contexto histórico para uma história política articulada ao contexto e ao texto intelectual (BURKE, 1992). A inversão permite apresentar os desdobramentos do contexto político dos anos 40 tendo novamente os intelectuais e seus discursos unquanto atores políticos de destaque no interior de um cenário no qual os grandes partidos políticos iniciavam sua luta pela hegemonia política, dentre eles o Partido Comunista Italiano.

Caminhamos para o final do livro, pois a partir do quinto capítulo retoma-se a idéia de capitalismo tardio ou *modernizzazione incompiuta*, enquanto fator principal de proximidade e engajamento dos intelectuais nas fileiras dos grandes partidos políticos. Conseqüentemente, as discussões em torno da Assembléia Nacional Constituinte adquirem caráter fundamental para o desenrolar da República italiana, pois orientadas num clima democrático entre partidos de expressão como o PCI (comunistas), o Partito d'Azione (liberais-socialistas), o PLI (liberais) e o PSI (socialistas), realizam dois grandes feitos: refundam o Estado e organizam um novo regime, "a república parlamentar, assentada sobre um complexo sistema político partidário" (REGO, 2001, p.163).

O novo cenário que se desdobra empurra, por sua vez, o Partito d'Azione para a decadência. Os novos príncipes impulsionados pela militância nas lutas de resistência contra o fascismo dominam, a partir de então, o cenário de estruturação da República Italiana em nome da democracia num sentido amplo.

Contudo, falta ainda a relação mantida entre liberal-socialistas e comunistas para que a narrativa da autora se complete. Retornando ao seu esquema história intelectual, texto e contexto, apresenta a relação entre liberal-socialistas e comunistas crivada pelo debate entre Norberto Bobbio e parte da *intelligentsia* comunista como Palmiro Togliatti e Della Volpe.

Inicialmente, a autora apresenta um extenso histórico de diálogo entre liberal-socialistas e comunistas, em especial retoma os anos de guerra, onde combateram lado a lado na resistência contra o fascismo. No entanto, após algumas páginas, o debate torna-se cada vez mais intenso, tendo como pauta temas como "a ausência do Estado de direito democrático na União Soviética e a crença dos comunistas de que a democracia estava se realizando ali" (REGO, 2001, p.190). De um lado, Bobbio reclama a falta de liberdade de direitos civis na experiência do socialismo real, do outro lado, Togliatti rebate dizendo que o liberalismo transforma o direito a liberdade em privilégios daqueles que possuem poder econômico.

Explorando as deficiências e pontos em comum entre os debatedores, a autora encerra seu trabalho em tom propositivo, ressaltando a necessidade de um diálogo amplo entre as diferentes tradições e forças políticas do campo da esquerda. Principalmente o marxismo, que, segundo a autora, enquanto crítica radical do capitalismo "não só pode como deve" ser revigorado se sua "teoria política, do Estado e da sociedade civil assimilar, de uma vez por todas, o princípio de que liberalismo político e socialismo podem se interpenetrar teoricamente e praticamente estabelecer acordos políticos de luta contra os inimigos da justiça e da liberdade, sem renunciar às suas especificidades" (REGO, 2001, p.216).

A recepção do livro pelo público especializado, por sua vez, aprofundou ainda mais o caráter propositivo da obra. Fato que contempla

um debate interessante entre as forças intelectuais de esquerda no Brasil atual acerca da proposta de diálogo entre liberais e socialistas.

Carlos Nelson Coutinho (2002), reconhecido por sua visão aguçada do pensamento de Antônio Gramsci e por sua postura política engajada que o torna um intelectual bem conhecido daqueles que buscam compreender o papel e a função dos intelectuais no Brasil por via do marxismo foi um dos primeiros a se manifestar criticamente a respeito do livro de Walquiria Domingues Leão Rego.

Para crítica radical de Coutinho, o diálogo entre liberais e socialistas na Itália, ou seja, o liberal-socialismo, por não apresentar propostas que de fato visassem a romper com a estrutura econômica do capitalismo, manteve-se restrito a margem direita do rio Veneza, isto é, não rompe com o liberalismo econômico e suas formas de estruturação da vida social. Conseqüentemente, o socialismo empregado pelos intelectuais italianos do liberal-socialismo não ultrapassa as barreiras de uma consciência moral esquerdizante.

No entanto, há um mundo de sutilezas nas questões colocadas por Coutinho.

Vejamos, Coutinho tem boa parte de razão quando aponta insuficiências no discurso liberal-socialista, oriundas do pensamento econômico liberal. E, de fato, Walquiria não explora de maneira profunda este tipo de contradição, que, na opinião de Coutinho, impede que o conceito de socialismo seja entendido pelos liberal-socialistas de maneira ampla para além da justiça social e do direito de participação na divisão dos bens produzidos.

Contudo, Coutinho não concede tanta atenção para o papel que desempenha o liberal-socialismo enquanto via de radicalização anticapitalista dos intelectuais. Partindo da idéia de ruptura, sua crítica observa somente o quanto, de fato, é socialista o discurso dos intelectuais italianos esquecendo-se do papel relevante que desempenham enquanto articuladores da esfera da cultura, enquanto formuladores de um consenso democrático. Neste particular, Coutinho despreza estranhamente os apontamentos de Antonio Gramsci bastante úteis para o tema em questão:

Os intelectuais interessam-nos como massa e não apenas como indivíduos. É claro, é muito importante e útil para o proletariado que um ou vários intelectuais, individualmente, adiram a seu programa e a sua doutrina, confundido-se com o proletariado tornando-se parte integrante dele e sentido-se como tal, também é importante e útil que, no interior da massa de intelectuais, se produza uma fração orgânica, historicamente caracterizada; que no interior se constitua, enquanto formação de massa, numa tendência de esquerda, no sentido moderno da palavra, ou seja, orientado para o proletariado (GRAMSCI, 1987, p.164).

Conseqüentemente, ao reconhecer o papel importante que detém os intelectuais no interior de uma luta de posições pela hegemonia política, Walquiria atribui outro sentido à sua investigação e também às suas proposições. Em nosso entendimento, a autora recoloca de maneira pontual as possibilidades de um consenso político entre liberais e socialistas enquanto parte de um projeto maior, favorável à democracia social e encabeçada por um partido de esquerda.

No interior deste processo de construção de consenso está a figura do intelectual anti-capitalista em suas inúmeras representações, daí a extrema relevância do trabalho de Walquiria. Pois, como ressalta Michel Lowy "para compreender o anticapitalismo dos intelectuais, não basta considerá-los a partir do ângulo de sua inserção no proletariado intelectual ou na pequena burguesia (se bem que este fator tem um papel importante) é preciso também analisar as formas de radicalização específicas a *intelligentsia* enquanto tal, ou seja, enquanto categoria social definida em relação ao ideológico" (LOWY, 1998, p.270).

REIS, Milton Andreza dos. The civic passions of Liberalism and Socialism. *Ensaios de História*, Franca, v.7, n.1/2, p.43-50, 2002.

- *ABSTRACT: With effect from the book Em busca do socialismo democrático, by Walquiria Domingues Leão Rego, we care for the dialog between liberals and socialists at Italy from the 20's and 30's. Is also remarked the singular manner how thje italian politic culture enabled theapproximation between liberals and socialists in Italy.*
- *KETWORDS: highbrows; liberalism-socialism; liberalism; socialism.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Elide Rugai, REGO, Walquiria Domingues Leão. *Intelectuais e Política: A moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Sorvete quente. *Jornal Folha de São Paulo*. Caderno de Resenhas. 13/4/2002.
- KONDER, Leandro. *O Futuro da Filosofia da Práxis: O Pensamento de Marx no Século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LOWY, Michel. *A evolução política de George Lukács*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. *Um Capítulo da Modernidade Estética: Debate sobre o expressionismo: Ernst Bloch, Hanns Eiles, Georg Lukács e Bertolt Brecht*. São Paulo: Unesp, 1998.
- REGO, Walquiria Domingues Leão. *Em busca do socialismo democrático*. São Paulo: Unicamp, 2001.
- REGO, Walquiria Domingues Leão; ANTUNES, Ricardo. *Lukács um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1987.

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E SOCIEDADE: LIBERAL OU "REPRODUTORA"?

Halferd Carlos Ribeiro JÚNIOR*

- RESUMO: Este artigo trata da concepção liberal da educação escolar elaborada no século XVIII, demonstrando sua influência a uma tendência escolar e ao Estado brasileiro no século XX. Também trata da crítica a esta compreensão da educação escolar e o balanço entre estas duas posições.
- UNITERMOS: Escola; sociedade; liberalismo; reprodução.

A concepção liberal da educação escolar foi construída concomitante ao pensamento filosófico do século XVIII, influenciando educadores, sistemas escolares, tendências educacionais até meados de 1960. Os pensadores Bourdieu e Passeron, juntamente com Althusser, estudiosos da sociedade e suas relações com o saber, criticaram arduamente esta acepção sobre a educação escolar, contribuindo para uma nova abordagem da educação e o sistema de ensino. De maneira sintética este é o objetivo deste artigo tratar da educação liberal, sua crítica, e os desdobramentos desta crítica.

* Graduando em História – UNESP campus de Franca. Orientadora: Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino.

O liberalismo tornou-se um conjunto de idéias solidamente constituídos na França do século XVIII, pautada no individualismo, liberdade, igualdade, democracia, e o direito à propriedade. De maneira geral poderíamos descrevê-los a partir das seguintes idéias:

- a) O individualismo considera cada ser humano dotado de aptidões e características próprias, das quais deve ser respeitado.
- b) A liberdade é o princípio básico que deve reger o governo e a sociedade dando condições para a existência do indivíduo pleno.
- c) A igualdade é a condição de todos os cidadãos serem reconhecidos com os mesmos direitos perante a lei.
- d) A democracia é a possibilidade de todos os cidadãos serem representados no governo.
- e) E por último, o direito à propriedade é a afirmação de que nenhuma pessoa ou instituição pode usurpar o direito do cidadão de possuir e adquirir bens.

Reestruturando a sociedade, a educação escolar foi compreendida como um serviço ao cidadão livre e pleno, independente de sua origem social ou econômica. Assim, a escola deveria desenvolver as potencialidades e aptidões dos alunos visando a inseri-los no mundo de trabalho sem levar em conta sua origem social. "(...) a educação como instrumento de ascensão social e equalização de oportunidades" (CUNHA, 1982, p.32).

Desta forma o sistema escolar estaria fora da sociedade e a sua ação democrática contribuiria para a ordenação da estrutura social, conforme a aptidão e a capacidade individual de cada pessoa.

A escola nova é uma corrente do pensamento educacional fundamentada principalmente por John Dewey, influenciou vários educadores, e no Brasil pode-se mencionar o Manifesto dos Pioneiros como um movimento educacional ancorado nos valores escolanovistas.

A compreensão da escola nova em relação à sociedade e à escola, é a mesma que a educação escolar liberal, acreditando na ação pedagógica escolar enquanto meio para equalização das diferenças

sociais, na medida em que a escola ensina de acordo com o interesse de cada aluno, desenvolvendo suas potencialidades.

É por meio do sistema escolar que os indivíduos se adaptariam profissionalmente na sociedade. A educação escolar é entendida como algo exterior ao meio social que através de sua ação pedagógica contribui para a harmonia e organização da estrutura social, portanto, é da maneira que Luís Antônio Cunha afirmou acerca da escola nova, "(...) É a reconstrução social pela escola" (CUNHA, 1982, p.50).

O pensamento escolanovista esteve presente no mundo principalmente na primeira metade do século XX. A escola nova trouxe ao debate educacional a relação ensino/aprendizagem centrando o processo de ensino principalmente de acordo com o desenvolvimento psico-motor de cada aluno; novos métodos de ensino, e nova preocupação gnosiológica, que são ganhos favoráveis para a construção do trabalho em sala de aula e para o sistema de ensino alcançados pela escola nova; entretanto, não trataremos aprofundadamente desses pontos neste artigo.

No Brasil em meados das décadas de 1950 e 1960, vigorava uma concepção do sistema de ensino semelhante à liberal.

O Estado brasileiro defendia a idéia de que a escola tem por obrigação oferecer a seus cidadãos as condições para o desenvolvimento de sua capacidade natural, conseqüentemente a ação pedagógica tornava o indivíduo apto para entrar no mercado de trabalho de acordo com suas potencialidades.

O estudo das metas do Estado brasileiro deixa claro o papel atribuído à educação no desenvolvimento. O objetivo é a construção de uma sociedade aberta no país, definida como sendo aquela onde inexistem barreiras objetivas que impeçam qualquer indivíduo de realizar suas potencialidades pessoais. É definida também pela institucionalização de um caminho adequado para a realização dessas potencialidades, que é a educação escolar (CUNHA, 1982, p. 51).

Percebe-se que tanto a escola nova quanto a compreensão do Estado brasileiro nas décadas de 1950 e 1960 acerca do papel da escola em relação à sociedade, são a permanência dos ideais educacionais liberais. Todavia não foram somente a escola nova e o Estado brasileiro que defendiam estes ideais, outras tendências pedagógicas e países

possuíram concepções semelhantes da função escolar em relação à organização estrutural da sociedade.

Por muito tempo está visão da educação escolar: a serviço do indivíduo, estimulador de potencialidades e aptidões, independente da sociedade, democrática agindo de igual modo com as pessoas de diferentes origens sociais, como meio de ascensão social e equalizador de oportunidades, permaneceu como um consenso em todo mundo. Todavia a publicação do livro "Os Herdeiros" (Los estudiantes y la cultura) de Bourdieu e Passeron em 1964, trouxe uma nova visão deste quadro próprio de uma sociedade burguesa em consolidação.

Segundo esta obra, a origem social¹ de cada aluno influencia seu futuro escolar, da mesma forma que o sistema escolar insere-se na sociedade que pertence, recebendo e transmitindo influências. Neste sentido os objetivos liberais da educação escolar não podem ser alcançados, demonstrando a invalidade desta perspectiva educacional. Assim sendo, a realidade escolar é diferente, na qual privilegia-se o socialmente favorecido, tornando a defesa da idéia possibilitador de ascensão social e equalizador de oportunidades uma utopia.

Em 1969, o livro *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, de autoria de Louis Althusser, sob uma ótica teórica marxista, fez algumas considerações relevantes sobre a escola. O sistema escolar é entendido como pertencente a uma super-estrutura, possuindo a função de perpetuar a infra-estrutura (as relações econômicas).

O Estado, por meio de seus aparelhos repressivos e ideológicos,² mantém a ordem social e perpetua a sua estrutura de divisão de classes.

Segundo Althusser, a escola é parte dos aparelhos ideológicos do estado, que através da ideologia de sua neutralidade (leiga, indiferente às diferenças sociais, e a favor de todos os indivíduos) inculca nos alunos os

¹ "El origen social define las posibilidades de escolarización, determina modos de vida y de trabajo completamente diferentes y es, entre los factores que intervienen en la configuración de la vida escolar" (BOURDIEU & PASSERON, 1969, p.37).

² "O aparelho repressivo do Estado 'funciona através da violência' ao passo que os aparelhos ideológicos do Estado 'funcionam através da ideologia'" (ALTHUSSER, 1983, p.69).

valores da classe dominante, contribuindo para a manutenção da ordem e das diferenças sociais.

O ponto que estava implícito da educação escolar liberal é colocado em evidência e questionado por Althusser: a neutralidade escolar.

O trabalho de Bourdieu e Passeron, *A Reprodução*, publicado em 1970 retoma os dois debates anteriores aprofundando o tema.

A escola, e conseqüentemente o sistema de ensino é considerado portador de dois objetivos: promover o desenvolvimento individual do aluno conservando a sua condição social, e legitimar socialmente as diferenças sociais.³

Para os objetivos de conservação social e legitimação ideológica serem alcançados, a escola utiliza o recurso da violência simbólica e do arbítrio cultural, que por sua vez são autenticados pelos exames de seleção.

A violência simbólica penetra na mente dos alunos determinada forma de entender o meio social e, conseqüentemente, de atitudes corretas a serem realizadas neste espaço geográfico, dissimulando, ao mesmo tempo, os objetivos de sua ação.

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU & PASSERON, 1982, p.19).

O arbitrário cultural é a organização do currículo e do conteúdo pedagógico sem considerar a realidade do aluno, somente valorizando o conjunto de saberes relevantes estipulado pela sociedade e pela classe dominante. Os exames de seleção legitimam o arbitrário cultural, justamente por cobrar como o único conhecimento verdadeiro e legítimo o contido neste arbitrário cultural.

Bourdieu e Passeron chegaram à conclusão de que a escola, através de seus mecanismos, reproduzem, no âmbito da escolarização, a

³ "(...) a função técnica de legitimação de comunicação que um sistema escolar determinado realiza além disso sua função social de conservação e sua função ideológica de legitimação" (BOURDIEU & PASSERON, 1982, p.114).

cultura dominante e as diferenças sociais, maquiando a sua função ideológica de legitimação.

Estas três obras construíram um cabedal de análises sobre a educação escolar que é o oposto concebido pela perspectiva liberal.

A origem social como elemento influenciador da escolarização, o sistema de ensino interagindo com a sociedade recebendo e transmitindo influências; a escola sendo um Aparelho Ideológico do Estado, visando a manipular nos alunos os valores da classe dominante, e perpetuando as diferenças das classes sociais; o sistema de ensino, por meio de sua ação pedagógica, como conservador e legitimador ideológico das diferenças sociais, fundamentado pela violência simbólica, arbitrário cultural, e os exames de seleção, contribuíram para a elaboração de uma nova concepção da educação escolar baseado na análise da interação da transmissão do saber com a sociedade, enfatizado por alguns autores, como reprodutora das diferenças sociais.

No início da década de 1970, duas concepções sobre a educação escolar se chocam: a liberal, como meio de ascensão social e equalizador de oportunidades, considerada não crítica; e outra considerada crítica, porém extremamente pessimista: a escola como reprodutora e legitimadora das diferenças sociais.

Neste ponto, não é cansativo fazer uma digressão acerca das tendências em relação à escola e à sociedade elaborada por Demerval Saviani: a) tendência redentora, b) tendência reprodutora, e c) tendência transformadora (SAVIANI; LUCKESI; 1997, 1994).

A primeira é qualificada como não crítica, em que a educação escolar é compreendida como uma entidade independente da sociedade, que através de sua ação pedagógica contribui para a ordenação da sociedade, intervindo diretamente em seus desvios éticos, morais, econômicos, sociais, políticos e etc. Notadamente, esta aceção se refere à perspectiva educacional liberal.

A segunda, a tendência reprodutora, é entendida como uma análise crítica da relação sociedade e transmissão de conhecimentos, da qual a escola é condicionada pela sociedade e que seu trabalho pedagógico simplesmente reproduz as diferenças sociais.

São críticas, uma vez que postulam não ser possível compreender a educação se não a partir dos seus condicionantes sociais. Há, pois, nessas teorias uma cabal percepção da dependência da educação em relação à sociedade. Entretanto, como na análise que desenvolvem chegam invariavelmente à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade em que ela se insere, bem merecem a denominação de "teorias crítico-reprodutivistas(...)" (SAVIANI, 1997, p. 27).

A terceira e última, considerada também crítica, propõe através de sua ação pedagógica condicionada pelos meios sociais, agir de forma a transformar a sociedade, partindo do pressuposto que a construção do trabalho pedagógico deve ocorrer a partir da origem e das condições sociais de cada aluno, tendo em vista o rompimento dos laços desumanos das grandes desigualdades entre as diversas pessoas em determinado meio social.

Entretanto, a categoria "teoria crítico-reprodutivista" da qual é empregado principalmente a Althusser, e Bourdieu e Passeron, não condiz completamente com os estudos dos pensadores Bourdieu e Passeron.

Em um primeiro momento, a teoria da educação escolar não é composta somente pela reflexão entre a sociedade e suas relações com o saber. A filosofia, a sociologia, a psicologia, e a história da educação (entre outros ramos do saber humano) interagem entre si fundamentando uma teoria do sistema de ensino. As constatações de Bourdieu e Passeron refletem somente um ponto destes mencionados, sendo assim, impossível de qualifica-los como teóricos da educação.

Outro aspecto a ser pensado: o que é educação? Para responder a esta pergunta, o conceito elaborado por Émile Durkheim é esclarecedor:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio social especial a que a criança, particularmente se destine (DURKHEIM, 1965, p.41).

Conseqüentemente, a educação é um termo amplo, em que significa a ação das gerações anteriores com o intuito de transmitir os

valores sociais, conhecimentos, religião e etc, para as gerações mais novas. Daí decorre a necessidade de qualificar a palavra educação para transmitir a acepção desejada, bem como: educação escolar, educação familiar, educação religiosa, educação profissional... (MENESES, 1999, p.36). Portanto toda ação educativa tenciona a se auto-reproduzir para continuar existindo nas próximas gerações. Então tanto os vários tipos de educação quanto as tendências redentora, reprodutora e transformadora tendem a tentar se reproduzir.

Todavia, a ação educativa que é ancorada na relação ensino/aprendizagem é realizada por dois pólos, o meio social (da qual o conceito de Durkheim se refere), e pelo sujeito da aprendizagem, em que interage com o meio social construindo sua identidade, personalidade, e a maneira de entender o mundo, da qual é sempre diferente da geração anterior. Assim sendo, a educação é a ação exercida pelo meio social nas gerações em formação, com o intuito de transmitir todo cabedal de informação necessária para a boa conduta social de cada indivíduo; e é concomitantemente o desenvolvimento natural de cada ser humano que ocorre ao participar de determinado meio social, adquirindo sua maturação biológica, humana, mental e social.

A obra dos estudiosos Bourdieu e Passeron, *Os Herdeiros*, ao analisar o sistema de ensino francês, conclui que ele é utilizado como fator contribuinte para a manutenção das diferenças sociais, e para a superação deste modelo propõe a utilização da pedagogia racional baseada na elaboração e organização do conteúdo e do currículo a partir da constatação da origem social dos alunos.⁴

Portanto, considerar os pensadores Bourdieu e Passeron simplesmente enquanto teóricos críticos-reprodutivistas da educação, não reflete completamente a essência do estudo destes autores. Na medida em que eles não construíram uma teoria sobre a educação, e sim,

⁴ "(...) una pedagogia verdaderamente racional, es decir, fundada sobre un estudio sociológico de las desigualdades culturales, contribuiría, sin duda, a aminorar las desigualdades ante la Escuela y la cultura, pero no podría penetrar realmente en los hechos si no se daban todas las condiciones de una democratización real en el reclutamiento e profesores y alumnos, para lo cual la instauración de una pedagogia racional sólo podría ser el comienzo" (BOURDIEU & PASSEORN, 1967, p.109).

analisaram sociologicamente e empiricamente determinado sistema de ensino no tempo e no espaço.

A teoria de educação escolar, atualmente, até pelo desenvolvimento das ciências e do pensamento humano, leva em conta alguns aspectos importantes para a sedimentação dos princípios fundamentais sobre a prática docente. Os pressupostos filosóficos e sociológicos viabilizam as reflexões entre sistema de ensino e a sociedade da qual está inserida; a fundamentação epistemológica contribui para o professor pensar sobre as condições de aprendizagem do educando, tornando a escolha dos conteúdos, e a maneira de transmitilos, melhor selecionados e preparados para as aulas. Os postulados filosóficos, sociológicos, epistemológicos, e da história da educação possibilitam ao educador elaborar sua concepção sobre a educação escolar, que, conseqüentemente abrirá um caminho para a assunção de determinada ideologia política, norteando sua prática relativa à transmissão de conhecimentos (FREIRE; LIBÂNEO; 2001, 2000).

Ainda no final da década de 1970 e início da década de 1980, as considerações de Bourdieu e Passeron, e de Althusser sofreram inúmeras críticas conduzindo a uma terceira maneira de entender a relação entre escola e sociedade, em linhas gerais já comentada, a tendência transformadora.

A questão da não-neutralidade escolar evidenciado por Althusser, indubitavelmente foi uma constatação importante para a educação, porém, pensar que todos os professores, através de sua ação pedagógica, transmitem os valores da classe dominante aos seus alunos, é não considerar que os educadores são provenientes de camadas sociais diferentes. Assim sendo, cada educador carrega para a sala de aula a visão de mundo forjada no seio do meio social da qual é proveniente, ou seja, os docentes provenientes da classe dominante transmitirão seus valores, e das classes menos favorecidas também transmitirão seus valores. Portanto a escola não é neutra, ela reflete as perspectivas e valores de seus agentes diretos: os professores.

A influência da origem social dos alunos em sua futura escolarização, é um ponto afirmado por Bourdieu e Passeron, que reflete perfeitamente a realidade. Porém, compreender a escola simplesmente

como reprodutora das diferenças sociais não condiz com a verdadeira situação do sistema escolar e com a totalidade do pensamento destes estudiosos. Todavia o pressuposto da educação liberal equalizadora de oportunidades e meio de ascensão social não é legitimada.

Atualmente o sistema de ensino oferece para seus cidadãos a possibilidade de melhorar as suas condições de vida (é o caso de alunos de baixa renda que entram em uma universidade pública, utilizando os recursos oferecidos pela universidade, e sai com doutorado, este é um possível exemplo). No entanto, não são todos os cidadãos menos favorecidos que usufruem desta possibilidade que o sistema escolar oferece, fazendo com que o sistema de ensino contribua para a reprodução e a ascensão social de seus alunos.

A ligação entre a sociedade e a escola enquanto duas entidades dependentes que transmitem influências mútuas, defendida por estes estudiosos, é algo inquestionável atualmente.

Muito se tem trabalhado para adequar a realidade social à escolar, fazendo com que a consideração do meio social e a capacidade natural dos alunos, seja o primeiro passo para a superação do modelo dado (as grandes diferenças sociais), e se possivelmente, de maneira crítica, tornar a escola a serviço do indivíduo e não somente da sociedade. Portanto procura-se o otimismo da educação liberal, e a criticidade da escola enquanto “reprodutora” da sociedade, no sentido de ampliar as análises e visões que temos à respeito de educação e sistemas de ensino, afim de construir um sociedade mais coerente e igualitária.

RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos. The relation between school and society: liberal or “reproductive”? *Ensaios de História*, Franca, v.7, n.1/2, p.51-61, 2002.

- **ABSTRACT:** *This article talks about the liberal conception, constructed in the XIII century, and its relation and operation with education and society in XX century. The article makes a critique to this education concept and thinks its dialogue with studies of Althusser, Bourdieu and Passeron, about school and society.*
- **KEYWORDS:** *School; society; liberalism; and reproductive.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BOURDIEU, C. e PASSERON, J. C. *A reprodução*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, C. e PASSERON, J. C. *Los estudiantes y la cultura*. 2.ed. Barcelona: Labor, 1969.

CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

DURKHEIM, É. *Sociologia e educação*. 6.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. 19.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MENESES, J. G. de C. *Estrutura e funcionamento da educação básica – leituras*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 31.ed. Campinas: Autores associados, 1997.

VISÕES DA HISTÓRIA: OLHARES SEMELHANTES, DIFERENTES LEITURAS

*Mariano Aparecido BÍCEGO**

- RESUMO: Trata-se de uma análise comparativa entre duas obras lançadas recentemente no Brasil tendo como alvo principal a ligação entre a História e o Cinema. Discute-se então as formas de abordagem do tema comum, com suas concepções diferentes, refletindo as várias interpretações que o cinema pode ter sob o olhar do historiador.
- UNITERMOS: Cinema; História; História Norte-Americana; História do Brasil; historiografia.

Recentemente chegaram às prateleiras das livrarias duas obras cujo tema e propostas são idênticos: "Passado Imperfeito - A História no Cinema" organizado por Mark C. Carnes, publicado pela Editora Record em 1997 e "A História vai ao Cinema" organizado por Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira, publicado pela Editora Record em 2001. Tais obras colocam novamente em debate esta forte ligação entre a sétima arte e a mais imperfeita das ciências, que Marc Ferro ousou colocar em séria discussão, catapultando o celulóide para a esfera de fonte histórica e não mera distração popular.

* Graduando em História – Unesp Franca. Sob orientação da Profa. Dra. Célia Maria David.

Os dois lançamentos, embora com temáticas muito próximas, apresentam diferenças profundas, conceituais, tanto de cinema, como de história, tornando-se interessante analisá-los sob esta perspectiva.

"Passado Imperfeito" relaciona e comenta 78 filmes com roteiros inspirados em fatos históricos, a grande maioria produzidos por Hollywood, incluindo nesta seleção *Spartacus*, *Gandhi*, *Malcolm-X*, *Tempo de Glória*, *Doutor Fantástico*, *O Grande Motim*, *Reds*, *Tora!Tora!Tora!*, *Hábito Negro*, entre outros (relação completa no final deste artigo). Estes filmes são analisados por 60 historiadores ou escritores americanos tais como Stephen Ambrose, Dee Brown, Eric Foner, Peter Gay, Gore Vidal, Bob Woodward. O organizador, Mark C. Carnes, é professor de História dos Estados Unidos na Universidade de Colúmbia.

"A História vai ao Cinema" relaciona 20 filmes brasileiros, produzidos entre 1976 e 1998 que tiveram sucesso de público (o motivo deste critério de seleção discutiremos adiante) tais como: *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, *Eles Não Usam Black-Tie*, *Pra Frente Brasil*, *Pixote*, *Bye Bye Brasil* e outros. As resenhas das películas são de autoria de diversos historiadores, entre eles João José Reis, Ana Maria Mauad, Maria Lígia Coelho Prado, Ronaldo Vainfas e Elias Tomé Saliba. A organização é de Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira, professores da Universidade Federal Fluminense.

Apresentadas as obras em questão, iniciemos a análise comparativa por um ponto significativo e paradoxal que prefacia os dois livros. O livro "A História vai ao Cinema" é apresentado pelo diretor Sílvio Tendler, que dialoga com o leitor sobre a intrínseca ligação entre a História e o Cinema e elege o historiador como o melhor dos críticos, por sua abordagem diferenciada. Ao mesmo, alerta para a facilidade da História recriada em imagens (que fascina e ilude), reafirmando, em sua condição de diretor, as palavras de Marc Ferro ao dizer que o filme com temática histórica geralmente tem a ver mais com a época em que é produzido do que com a época abordada:

... o filme é abordado não como uma obra de arte, porém como um produto, uma imagem objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele vale por aquilo que testemunha (FERRO, 1976, p.203).

O prefácio em "Passado Imperfeito" é na realidade uma entrevista reveladora feita pelo historiador Eric Foner com o diretor de cinema John Sayles. Mesmo não sendo um diretor puramente hollywoodiano, Sayles revela em suas palavras a maneira como os estúdios americanos enxergam a História: "... A história é um celeiro a ser pilhado..." (CARNES, 1997, p.16). História e historiadores são usados como um atrativo cuja chancela aumenta a arrecadação de um filme "baseado em fatos reais". Distanciam-se ou até desconhecem Ferro (tanto entrevistador, quanto entrevistado) e a inserção histórica do cinema ao discorrerem sobre o contexto histórico dos filmes, excluindo até o gênero de ficção científica desta análise. Nada mais revelador do presente que as visões do futuro. Passemos agora à introdução.

Na introdução de "A História vai ao Cinema" os organizadores reafirmam seu objetivo como o de contribuir para a discussão das relações entre História e Cinema, por intermédio de filmes que fizeram mais que monumentalizar acontecimentos da História do Brasil. Para isso são selecionadas vinte produções que, por razões diversas, convenceram milhares de pessoas a irem aos cinemas assisti-las, já que a preocupação do historiador, como dito anteriormente, tem como alvo não somente o filme, mas a sociedade que o produziu, refletindo seus problemas na obra. O critério de seleção é explicado, ressaltando que toda escolha, sendo um ato de exclusão, também será questionada. O convite aos autores das resenhas, todos historiadores, surge como um desafio para que estes escrevam a apreciadores de cinema que nem sempre lêem livros de História. Os resultados são textos leves, mas nem por isso sem profundidade analítica, lançando olhares sobre aspectos não percebidos ou então apresentando uma releitura da obra e da época em que foi realizada.

Diferente, brilhante, única, perfeita, são alguns dos elogios que Mark C. Carnes faz à História segundo a visão hollywoodiana na introdução de "Passado Imperfeito". Citando Gore Vidal, ao dizer que a hora do livro já era, ressalta a ampla utilização do cinema como ferramenta de ensino de História, capaz de preencher "irritantes vácuos", ou seja, as lacunas históricas sem registro do passado, e eliminar ambigüidades. No entanto afirma que os espectadores não devem tomar esta história ao pé da letra mas sim encará-la como um convite ao

aprofundamento posterior. Como um roteiro enciclopédico os filmes selecionados são produções de cunho “histórico”, a grande maioria “made in Hollywood”, apresentados cronologicamente, embora ressalte que alguns destes filmes não foram recebidos como históricos quando de seu lançamento, mas assim se tornaram por retratarem as preocupações e anseios da época. Neste ponto (e raramente mais à frente) as duas obras analisadas se aproximam.

Existe um cinema histórico? Quando é feita uma análise de obras cinematograficamente consideradas históricas, nos deparamos com historiadores ou críticos dispostos a demolirem a reprodução da história pelo cinema. Se prendem a detalhes mal reproduzidos, segundo eles, que tiram a fidelidade da obra aos fatos narrados. Em “Passado Imperfeito” muitas das 78 análises convergem para este ponto. Na crítica ao filme *Apocalypse Now*, por exemplo, são citados vários erros geográficos e, segundo a autora desta análise específica, Frances Fitzgerald, jornalista que cobriu a guerra do Vietnã, autora de livros sobre o conflito, “... o filme perde o interesse ao se afastar das verdades do Vietnã ...”. Em sua análise também são criticados *Platoon*, *Nascido Para Matar* e *O Franco Atirador*. “... Falharam todos em levar em conta a realidade do Vietnã ...” (CARNES, 1997, p.291).

Por não reproduzirem fielmente os fatos que presenciou, estes filmes se tornaram, para a autora da crítica, um exemplo de como o cinema pode ser uma contra-mão da via histórica, o que se repete em muitas análises do livro.

Certamente existem “furos” nos roteiros destes filmes, como também existem na montagem de um documentário sobre o Vietnã ou mesmo nos livros que tratam desta guerra, inclusive o da autora em questão. O filme histórico pouco diverge das outras formas de discursos sobre a História, dando sua contribuição para a inteligibilidade dos fenômenos históricos e difusão dos conhecimentos, possuindo, pode-se dizer, uma virtude pedagógica. Como em outras mídias, trata-se da transcrição cinematográfica de uma visão histórica concebida por outros. Mas não se pode analisar a sociedade americana pós-Vietnã sem passarmos por algumas destas produções, que refletem o sentimento da sociedade americana em relação ao conflito, transformando-se então em documentos históricos. *O Franco Atirador*, de 1978, é uma fonte de

análise para a sociedade recém desembarcada da guerra, assim como *Rambo II*, de 1985, serve como fonte de análise para a geração posterior, já no governo Reagan. Estes filmes possuem, neste sentido, o mesmo valor histórico, embora não sejam tratados fidedignos sobre o tema.

Tudo isso se repete ao longo de “Passado Imperfeito”. Críticas como “... fisicamente, Gerard Depardieu está bem como Colombo, exceto pelo nariz não aquilino...” (1492 - *A Conquista do Paraíso*), “... não é literalmente verdade que a bravura do 54º Batalhão em Forte Wagner tenha levado o congresso americano a autorizar novos regimentos de negros...” (*Tempo de Glória*), “... Após ser capturado e escapar, o artificial cacique Cavalo Doido move uma ação pela paz num encontro fictício com Custer...” (*O Intrépido General Custer*); são amostras do posicionamento, ou melhor, da cobrança pela verdade histórica dos filmes.

Como obras pedagógicas realmente são falhas até o ponto em que os autores não presenciaram os fatos em questão ou então os adaptaram para o gosto das platéias. Mas como documentos têm seu valor pelo fato de serem uma corrente de pensamento de sua época, mesmo retratando um fato passado há centenas de anos.

Esta sensibilidade quanto ao valor histórico dos filmes analisados em “Passado Imperfeito”, tão pouco atingida, se faz presente em muitas das 20 análises expostas em “A História vai ao Cinema”, ressaltando as diferenças de posicionamento frente ao cinema (e a História), já mencionados anteriormente.

Tomemos como exemplo algumas análises dos filmes brasileiros e seu contraponto americano.

O professor João José Reis, autor de “A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX” (São Paulo, Companhia das Letras, 1998), faz uma abordagem direta ao filme *Dona Flor e Seus Dois Maridos*. Seu olhar capta as nuances e desdobramentos da História contada, permitindo uma releitura do celulóide.

Sexo, morte, festa e comida são elementos que estruturam a narrativa e a concepção da trama, culturalmente entrelaçados no imaginário brasileiro. O filme é, segundo João José, sobre a morte e sobretudo o morto, em torno de quem giram os personagens e emoções, trafegando no universo amadiano da mulher subalterna e da religiosidade, onde sexo e trabalho se permeiam.

Mas o que conduz a história contada é a questão racial. Os personagens negros são raros, chama a atenção o autor, neste filme ambientado numa Bahia tão cultural e demograficamente negra, e em geral, estes personagens estão em posição servil. Cabe o questionamento feito: Vadinho, o personagem masculino principal interpretado por José Wilker, não podia ser um negro?

João José responde com duas perguntas: teria a censura militar da época de seu lançamento (1976) liberado as cenas mais tórridas entre Vadinho e Flor, sendo ele interpretado por um ator negro? E teria o filme resultado no estrondoso sucesso de público que foi? O próprio autor nos dá uma alternativa:

... como são vários os ângulos de uma História, é possível também argumentar que a presença de um malandro branco, além de ser fiel ao texto amadiano, tinha seu charme de subversão, sobretudo sob um regime militar, enquanto a de um malandro negro apenas confirmaria estereótipos racistas consagrados no Brasil... (SOARES & FERREIRA, 2001, p.26).

João José prossegue identificando uma Bahia mais real onde manifestações de cultura deixam de ser "coisa de preto" para se legitimarem como parte da "identidade nacional". O autor identifica Vadinho à conta de uma espécie de mediador cultural, e conclui seu pensamento apontando *Dona Flor e Seus Dois Maridos* como prato cheio para se pensar História e Cultura brasileiras. Pensar, não retratar fielmente como cobram os encarregados das análises de "Passado Imperfeito", conforme pode-se confirmar na abordagem do filme *Uma História Americana* de 1990.

Mesmo um filme que retrata um ponto crucial da recente história norte-americana, no caso os conflitos raciais dos anos 60, é interpretado pela autora da resenha em questão, Jaqueline Jones, professora de civilização americana na Universidade de Brandeis e autora de vários livros, entre eles "Labor of Love, Labor of Sorrow: Black Women, Work, and the Family from Slavery to the Present" (SIMON & SCHUSTER, 1985), de maneira a ressaltar os vários defeitos históricos detectados por ela em sua análise da película. Já no início comenta "... finalmente um filme de Hollywood que conta quase direitinho um pequeno, porém empolgante pedaço da história do sul dos Estados Unidos..." (CARNES, 1997, p.262).

Após um resumo do roteiro e elogios a parte técnica da produção por ela analisada, a autora afirma que *Uma História Americana*:

... busca a precisão histórica. Algumas partes do filme parecem um documentário, se desenrolam como tal e existem cenas que ajudam a sustentar a autenticidade do filme: as trabalhadoras negras pagando a passagem na entrada, saindo do ônibus, em seguida entrando por trás; a passeata maciça do conselho de cidadãos brancos... (CARNES, 1997, p.264).

Dito isto a autora investe contra as liberdades que o filme toma ao sair dos trilhos da fidelidade histórica, principalmente no final extremamente simbólico que tem muito a dizer sobre a sociedade americana atual, embora Jones não reconheça, criando um véu de sonho hollywoodiano para o desfecho.

... até onde sei, um confronto deste tipo jamais aconteceu naquele ano de atribulações e boicote, (...) de minha parte, prefiro acreditar, talvez ingenuamente, que uma anônima dona-de-casa branca passou efetivamente por uma transformação pessoal e, nesse processo, deu, como ser humano, uma lição de decência fundamental aos filhos. Nesta instância pelo menos, um viva para Hollywood... (CARNES, 1997, p.265).

Cabe a pergunta a propósito desta conclusão: "Viva", por dar asas a um discurso politicamente correto ou por fazer uma crítica mordaz à América *waspy*?

A própria disposição gráfica das páginas de "Passado Imperfeito", mesclando ao texto imagens extraídas do filme e fotos dos fatos históricos, acentuam a proximidade ou distanciamento fato/filme, de acordo com a abordagem do autor da resenha. No caso de *Uma História Americana* ver a atriz Whoppi Goldberg e, logo ao lado, a foto de um ônibus na Montgomery dos anos 60, cidade onde se passa a história e depois outra foto com Martin Luther King, resume bem o "viva Hollywood" que a autora pronuncia ao final de seu comentário.

A mesma coisa se repete nas análises seguintes. Em *Mississippi em Chamas*, o autor da resenha, William H. Chafe, professor de História na Universidade de Duke, grita contra a centralização da trama em dois personagens brancos, interpretados por Willem Dafoe e Gene Hackman,

em um filme que também aborda a perseguição aos negros no sul dos EUA, passando ao largo de uma questão muito bem colocada por João José na sua crítica à *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, onde o negro como personagem central poderia ser um estereótipo do negro americano ou mesmo não atrair o público que *Mississippi em Chamas* atraiu, aliviando, ou melhor exorcizando, as consciências norte-americanas. No texto de Chafe esta possibilidade não é aventada.

Já na análise de Clayborne Carson, professor de História da Universidade de Stanford, sobre o filme *Malcolm X*, que abre a projeção com cenas do espancamento de Rodney King pela polícia de Los Angeles, que leva a um explosivo conflito racial na cidade, hoje controlado mas não sufocado, e se encerra com cenas de Nelson Mandela em uma sala de aula cheia de crianças na África do Sul atual, o tom da análise é centrado:

... na tendência atual na vida dos afro-americanos de suplantarem a política com atitudes, isto é, de expressarem ressentimentos raciais difusos em vez de se engajarem em ações coletivas para alcançar o avanço da raça.... (CARNES, 1997, p.283).

Nada mais conveniente, seja no filme de Spike Lee ou na análise de Carson, do que essa abordagem e mentalidade para a atual sociedade americana. Seria até interessante saber que leitura o olhar de João José produziria sobre *Malcolm X*. Ou então reler, a propósito destas análises de "Passado Imperfeito", o texto de Ferro quando ele diz que:

... não é suficiente constatar que o cinema fascina, que inquieta; os poderes públicos e o privado pressentem que ele pode ter um efeito corrosivo; eles se apercebem que, mesmo fiscalizado, um filme testemunha. Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo se tinha constituído diante da sociedade. A câmara revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seu *lappus* (LE GOFF & NORA, 1976, p. 202).

Ao assistirmos ou trabalharmos com estes filmes podemos concordar com as análises citadas, escritas sob um rigor histórico, mas também seria interessante levar em conta as palavras de Ferro em nossa própria análise.

Uma outra abordagem de "A História vai ao Cinema" a ser comentada é a de Marcos Luis Bretas, professor adjunto do departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de "Ordem na Cidade" (Rio de Janeiro, Rocco, 1997), sobre o filme *Lúcio Flávio, O Passageiro da Agonia* de 1977, dirigido por Hector Babenco e estrelado por Reginaldo Faria. Nesta análise o duplo, o inverso, não são detectados. O autor decodifica o filme em cenários diferentes e, embora afirme que a narrativa seca da obra lhe permita escapar de fazer denúncia e de ser um filme de época, abrindo-se a leituras temporais diferenciadas, se contradiz já no início de seu artigo ao desenvolver a cena de assalto a banco, mais datada impossível. Lembremo-nos que o filme é produzido apenas dois anos após a morte de Lúcio Flávio em uma cela em 1975, ainda em plena ditadura militar, ou seja, próximo demais do fato para uma abordagem fria. Certamente o filme não é a chave para a compreensão do passado retratado ou do presente ao ser filmado, embora no caso fossem o mesmo, o que é relevante, mas também não é somente uma pequena peça do quebra cabeça de nossa realidade, como afirma o autor. Afinal milhões de pessoas foram aos cinemas assisti-lo. Buscavam algo mais e *Lúcio Flávio* deu-lhes.

Exatamente como o público americano do final dos anos 60 buscou em *Uma Rajada de Balas*, também sobre criminosos que agiam em uma época delicada (no caso, Clyde Barrow e Bonnie Parker, durante os anos 30) e paradoxalmente uma excelente abordagem do filme de Artur Penn, feita por Nancy F. Cott, professora do programa de estudos americanos da Universidade de Yale, no livro "Passado Imperfeito". Em sua análise, Cott percebe as liberdades artísticas do filme (realizado em 1967), ressaltando temas dos anos 60, como a revolta da juventude, a liberação da mulher, a sexualidade e até o estilo de maquiagem. Assim como Bretas em sua análise de *Lúcio Flávio*, Cott nega a idéia de banditismo social que o filme aponta para Bonnie e Clyde, afirmando que as platéias de 1967 se identificaram com eles porque a violência estava na cabeça das pessoas por conta do assassinato de políticos, dos incêndios a

residências de negros, da Guerra do Vietnã: "... o desafio e a desfaçatez de Bonnie e Clyde, mais os sentimentos em prol dos desfavorecidos souberam captar a revoltada sensibilidade da época..." (CARNES, 1998, p.223), afirma a autora, para em seguida concluir que *Uma Rajada de Balas* não ofereceu solução para essas questões. Mas, poderia continuar, não foi apenas uma pequena peça de um imenso quebra-cabeça.

Neste sentido, talvez a análise de Ana Maria Mauad, professora da Universidade Federal Fluminense, sobre o filme de Cacá Diegues, *Bye Bye Brasil*, seja a melhor mostra de como retirar de uma película toda a sua complexidade histórica.

Começa por dizer dos perigos de se comentar um filme recente, que lhe trás recordações, deliciosamente narradas no sub-título "Memórias de uma garota bem comportada" onde o próprio Cacá Diegues intervêm "... *Bye Bye Brasil* é antes de tudo um filme sobre a mudança..." (SOARES & FERREIRA, 2001, p.79).

Mauad analisa estas mudanças a partir dos personagens, lugares e situações. Nos personagens observa as transmutações que marcam o filme sendo este o mote principal, ao mesmo tempo em que permite a qualificação desta mudança à luz da problemática da hibridização cultural na América Latina, resultante do processo de massificação engendrado pela expansão da mídia.

Segundo ela, nos lugares estão a força do filme. O diretor, citado no artigo, diz: "... a idéia era exatamente fazer um filme sobre um país que começava a nascer no lugar de um país que começava a acabar..." (SOARES & FERREIRA, 2001, p.79). A Transamazônica é o lugar. A autora analisa muito bem a oposição entre os lugares, as cidades e a estrada, o interior onde ela leva, e então sentencia:

... no entanto, na leitura do filme, a estrada é como as pontes dos prefeitos das cidades pequenas, leva o nada a lugar nenhum, com o agravante que no meio do seu caminho deixa um rastro de morte e destruição das culturas marcantes de nossa nacionalidade... (SOARES & FERREIRA, 2001, p. 82).

Surge então, ao analisar as situações o grande vilão da história: a televisão. Mauad aponta uma seqüência chave onde o personagem interpretado por José Wilker explode a televisão pública em uma

cidadezinha que afastava os espectadores de seu circo mambembe. Mas confirmando a vertente antropofágica do filme, esta também é assimilada e incorporada ao novo espetáculo da "Caravana Rolidei" no final da história, analisado então por Mauad:

... o encerramento do filme nos faz pensar até que ponto o ideal da antropofagia modernista conseguiu alimentar nossa cultura (...). A modernidade brasileira é acrílica... (SOARES & FERREIRA, 2001, p.86).

Certamente esta interpretação, mais que o filme, acende discussões e tem o poder de provocar o debate, fato menos freqüente durante a leitura das análises de "Passado Imperfeito", mas nem tudo é assim em "A História Vai ao Cinema". A crítica feita pelo professor Ronaldo Vainfas, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sobre o filme *Carlota Joaquina* de Carla Camurati em muito lembra as críticas dos autores americanos de "Passado Imperfeito" à falta de fidelidade histórica do filme analisado. Embora diga a todo tempo ser descabido ficar desfiando os erros factuais do filme, o faz do princípio ao fim, como muitos colegas do outro livro analisado. Os "furos" realmente existem e são por vezes grosseiros, mas não invalidam a obra, principalmente diante das palavras de Ferro, citadas anteriormente, além de provocarem uma discussão maior sobre o assunto, levando a mais pesquisas, o que já possui seu mérito.

O próprio Ferro se perguntaria em "A História Vigiada" (Martins Fontes, 1989): "... Existe uma visão cinematográfica da História ..." Para então responder "...o filme histórico é apreciado tanto em seu sentido quanto em sua essência ..." (FERRO, 1989, p.64).

Aponta então o cineasta que seleciona na História alguns fatos e características que sustentam sua visão, enquanto oculta ou abandona outros. Ao fazer isto o filme histórico pouco difere de outras formas de discurso sobre a História, colaborando para a difusão dos conhecimentos e possuindo uma virtude pedagógica, porém não intervindo como contribuição científica do cinema para a inteligibilidade dos fenômenos históricos. Para confirmar, analisa a seguir os tipos de filmes de História:

... os que reproduzem os estereótipos das correntes de pensamento dominantes ou dominadas e que não precisam necessariamente ter uma ligação com as

relações sociais (...) aqueles que reconstróem completamente uma análise a partir de um procedimento (...) e aqueles que, ao mesmo tempo, procedem uma análise original do funcionamento social e histórico, independente de qualquer relação de dependência, e que, simultaneamente, utilizam meios propriamente cinematográficos para explorá-la (...) a natureza da análise independe, assim, tanto do gênero cinematográfico como da época em que ela se situa. Um filme sobre o presente pode analisar melhor o passado que uma obra dita histórica... (FERRO, 1989, p.64).

Tais palavras servem para corroborar os pensamentos expressos ao longo deste artigo, deixando a necessidade de se estender este debate em torno do cinema histórico ou da História no Cinema.

Por fim resta dizer que pelo menos dois outros filmes brasileiros do período abrangido pelos organizadores de "A História Vai ao Cinema" e que também foram enorme sucesso de público em nosso país e até no exterior, poderiam ter sido incluídos nesta análise pois também têm muito a dizer sobre o período: *A Dama do Lotação*, de 1978, dirigido por Neville de Almeida, adaptado da obra de Nelson Rodrigues, sobre o crescimento urbano do Brasil e as transformações decorrentes e *Estrada da Vida*, de 1979, dirigido por Nelson Pereira dos Santos sobre a dualidade do brasileiro que vive na megalópole mas tem o coração em suas raízes.

BÍCEGO, Mariano Aparecido. History's regards: similar looks, different readings. *Ensaio de História*, Franca, v.7, n.1/2, p.63-77, 2002.

- **ABSTRACT:** *This is a comparative analysis of two recently published works in Brazil taking like the main target the link between History and Cinema. It discusses, then, approaching ways to the ordinary theme, with its different concepts, reflecting the various interpretations that Cinema may have under the regard of a historian.*
- **KEYWORDS:** *Cinema; History; North American History; Brazilian History; Historiography.*

RELAÇÃO DE TODOS OS FILMES INCLUÍDOS NAS DUAS OBRAS

PASSADO IMPERFEITO

- *Parque dos Dinossauros*
- *Os Dez Mandamentos*
- *Spartacus*
- *Júlio César*
- *Henrique V (2 filmes)*
- *Joana D'Arc (3 filmes)*
- *Cristóvão Colombo (2 filmes)*
- *Ana dos Mil Dias*
- *O Homem Que Não Vendeu Sua Alma*
- *Aguirre a Cólera dos Deuses*
- *Hábito Negro*
- *O Último dos Moicanos*
- *A Imperatriz Galante*
- *1776*
- *Ao Rufar dos Tambores*
- *O Grande Motim*
- *Danton : O Processo da Revolução*
- *O Corsário (2 filmes)*
- *O Álamo*
- *A Carga da Brigada Ligeira*
- *O Jovem Lincoln (2 filmes)*
- *Tempo de Glória*
- *...E o Vento Levou*
- *Nascimento de Uma Nação Hester Street*
- *Gallipoli*
- *Primeira Guerra Mundial (5 filmes)*
- *Reds*
- *Rosa Luxemburgo*
- *Última Hora*
- *Matewan; A Luta Final*
- *O Expresso de Shanghai*
- *Houdini: O Homem Miraculoso*
- *Contrastes Humanos*
- *Uma Rajada de Balas*
- *As Vinhas da Ira*
- *Tora!Tora!Tora!*
- *O Herói do PT 109*
- *O Mais Longo dos Dias*
- *Patton: Rebelde ou Herói*
- *O Início do Fim*
- *Guerra e Humanidade*
- *Gandhi*
- *Chá e Simpatia*
- *Uma História Americana*
- *Doutor Fantástico*
- *J F K - A Pergunta Que Não Quer Calar*
- *Mississippi em Chamas*
- *Malcolm X*
- *Apolo 13*
- *Apocalipse Now*
- *Todos os Homens do Presidente*
- *Nixon*

- *Ver-te-ei no Inferno*
- *O Intrépido General Custer*
- *Sangue de Herói*
- *A História de Wyatt Earp (7 filmes)*

A HISTÓRIA VAI AO CINEMA

- *Dona Flor e Sus Dois Maridos*
- *Aleluia Gretchen*
- *Lição de Amor*
- *Xica da Silva*
- *Lúcio Flávio, O Passageiro da Agonia*
- *Bye Bye Brasil*
- *O Homem Que Virou Suco*
- *Gaijin – Os Caminhos da Liberdade*
- *Pixote, A Lei do Mais Fraco*

- *Khartoum*
- *Assassinato por Decreto*
- *Freud, Além da Alma*
- *Nas Garras do Leão*

- *Eles não Usam Black Tie*
- *Pra Frente Brasil*
- *Memórias do Cárcere*
- *Jango*
- *Cabra Marcado para Morrer*
- *Marvada Carne*
- *Eternamente Pagú*
- *O Quatrilho*
- *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*
- *Central do Brasil*
- *Guerra de Canudos*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Milton José. *Imagens e sons: a nova cultura oral*. São Paulo: Cortez, 1994.

BERNADET, Jean Claude. *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BURKE, Peter (org). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.

CARNES, Mark C. (org). *Passado imperfeito: a história no cinema*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FERRO, Marc. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

_____. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *O filme: uma contra análise da sociedade?* In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LAMBERT, Hercília M. F. C. (Org). *História: o fato e a ficção*. Franca: Unesp, 1990.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge (orgs). *A história vai ao cinema*, Rio de Janeiro: Record, 2001.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A MÚSICA COMO MERCADORIA

*Guilherme GRANDI**

- RESUMO: Neste ensaio, pretende-se analisar alguns aspectos da produção musical no Brasil contemporâneo tendo como referencial teórico o pensamento de Adorno e Walter Benjamin. No bojo de uma lógica da Indústria Cultural, procuramos por um lado, demonstrar a ascensão de um tipo depreciativo de cultura de massas vinculada ao mercado musical brasileiro e, de outro, a incidência de manifestações subjetivas contrárias ao conjunto de elementos próprios à estandarização dentro do campo da produção musical. Para nós, a salvaguarda da autonomia musical atrelada ao mercado consiste na obra do músico Tom Zé. Criador-compositor que reúne diversas características de um artista nato, Tom Zé exerce uma práxis distinta da maioria dos músico-produtores convencionais que, de um modo geral, dominam o mercado e colaboram para o movimento de decadência da cultura no país.
- UNITERMOS: Escola de Frankfurt; estandarização musical; autonomia musical; Tom Zé; teoria crítica.

1. Introdução.

Geralmente, as discussões e os debates acerca de cultura e produção musical¹ no Brasil são deveras paupérrimas, superficiais e

* Graduando em Ciências Sociais – Unesp Araraquara - Faculdade de Ciências e Letras.

carecem de um esclarecimento maior, de uma mediação abstrata mais contundente em termos teórico-conceituais. O modo como se costuma tratar tais temas não fornece elementos necessários e suficientes para uma real compreensão, pelo contrário, mistificam-se os fenômenos que, em geral, são vistos com olhares particularistas e tendencialmente correlatos aos interesses do grande capital que rege a Indústria Cultural no país. O fato é que se discute cultura como se discute futebol, a paixão, o convencionalismo, a posição acrítica e o conformismo torneiam a maioria das opiniões expressas. É contra essa prática discursiva corrente nos meios de comunicação de massa, notória principalmente na grande imprensa, que pretendemos demonstrar o grau de contundência de algumas idéias do pensamento alemão no interior da discussão sobre cultura em geral e por nós aplicadas ao caso brasileiro.

O referencial teórico aqui empregado provém basicamente do pensamento de Theodor W. Adorno, representante da Escola de Frankfurt, como Walter Benjamin. Adorno afirma que a cultura tornou-se ideológica como esfera da vida privada; seu caráter foi transformado em pura propaganda como forma de dominação das massas; os "bens culturais" postos no mercado são consumidos em função do princípio de competição tanto entre os executores quanto entre os produtores e o público; o seu valor de uso e o seu sentido ideológico já não têm mais tanta importância para os indivíduos cujas consciências estão desviadas e condicionadas à impossibilidade de experiências subjetivas. (ADORNO, 1998, p.21)

Diante desse quadro, buscaremos elucidar algumas questões referentes à cultura e à produção desta, ao almejarmos a difícil tarefa de analisar um dos aspectos específicos da produção musical no Brasil à luz das idéias frankfurtianas. O entendimento de categorias como "mundo administrado", "autonomia", "estandarização", "fetichismo musical", "razão subjetiva", entre outras, faz-se fundamental para a real compreensão do processo sociocultural que vem ocorrendo na esfera da produção musical. Nossa intenção é identificar o sentido, ou a falta de sentido, da cultura no

¹ Aqui o termo produção musical refere-se a todo o processo de produção de músicas, desde a criação/elaboração do material musical, até sua realização como mercadoria, ou seja, sua venda no mercado.

interior da sociedade brasileira e encontrar os elementos de tendência geral que se manifestam nos fenômenos. Para tanto, há de se lutar com a intenção de alcançarmos o movimento de transcendência da cultura, tão almejada por Adorno: ação que só através da consciência, que não se submete à fetichização do espírito, pode entender a contradição inerente entre aquilo que se apresenta objetivamente e aquilo que prova a verdade ou inverdade da cultura mediadora de todas as relações sociais (ADORNO, 1998, p.22ss).

Importante salientarmos que as questões especificamente musicais merecem ser tratadas sob a perspectiva sociológica, e não apenas com relação às questões técnicas de produção do material musical, já que é a sociedade que fornece todos os meios para a produção e execução do produto musical a ser investigado.

2. Por uma posição crítica

Adorno, durante as décadas de 40 e 50 dedicou grande parte de sua produção intelectual à reflexão sobre os problemas expostos pela cultura na Europa e nos EUA. Com frequência, ele colocava que o elemento inalienável da cultura era a crítica - a cultura só é verdadeira quando crítica. Porém, o que ela notava ao analisar o panorama cultural de sua época, era uma espécie de usurpação dos valores culturais imprimida pela racionalização das determinações do mercado, ou seja, a cultura fora reduzida à esfera da circulação ao ser transformada em mercadoria (ADORNO, 1998, p.11-14).

Obviamente que a verdadeira crítica não se limita apenas ao entrelaçamento entre cultura e comércio de bens culturais, como fazem a maioria dos críticos jornalistas. No Brasil, o "crítico de arte" não faz crítica cultural, pois ele depende do sistema econômico que o sustenta e por isso mantêm-se inexorável diante à reificação cultural - objeto de intenso combate da teoria crítica. A pseudo-soberania interiorizada pelos críticos, que não fazem crítica, tornam-os vítimas da barbárie de que padece a própria cultura brasileira. Tal grupo, ao contribuir para a reprodução de uma cultura degenerativa do espírito da qual eles dizem confiar, se limita à tarefa de afirmar (erroneamente) o que está de acordo ou não com a cultura brasileira, e se esquece de analisar o caráter intrínseco desta

última: a contradição. Para o pensador alemão, a cultura é gerada a partir da luta dos homens pelas condições de sua reprodução; o antagonismo, em relação às idéias de utilidade e adequação, é o impulso inerente à humanidade de auto-determinação por via do entendimento (ADORNO, 1998, p.63). Esse impulso, de fato, é afastado da grande massa popular pelo pensamento dominante, que visa a aprisionar os indivíduos através de um processo de entorpecimento de consciências. Nesse ponto, a cultura é suprimida de seu caráter antinômico pelas agências informativas dominadoras das massas. No mundo planejado, na medida que avança a produção e distribuição de mercadorias, menor é a chance de individuação dentro da ordem técnica-econômica da vida (ADORNO, 1998, p.73). Podemos identificar essa afirmação através da análise crítica de alguns aspectos mercadológicos da produção musical no Brasil.

Entendemos a produção musical como um ramo da produção cultural que reflete e nos fornece alguns indicadores aparentes da situação cultural vigente de um povo. É claro que a legitimidade da cultura, ou a falta dela, não depende do ponto de vista próprio da produção musical, daqueles que estão envolvidos nesse processo de produção, mas sim, vincula-se ao conhecimento das intermediações expressas nos fenômenos musicais² que refletem, e por vezes constituem, a expressão real da sociedade. Segundo Adorno, os fenômenos do espírito como a música, pintura, artesanato entre outros, em função da pré-formatação social de que são alvos, colaboram para a manutenção da ordem, pois são consumidos como representantes dessa ordem (ADORNO, 1998, p.14). Assim, a aparência dos fenômenos, muitas vezes desprezada pelos cientistas sociais, mostra-se dialética enquanto manifestação do sentido real da sociedade. Em ambas as esferas, tanto na produção material quanto na de idéias, o que se apresenta como imediato deve ser negado pelo seu contrário ou por qualquer manifestação oriunda da subjetivação antagônica a qualquer padronização pré-elaborada. Contra o movimento de estandarização dentro do processo de produção musical, mais do que nunca a

² O sentido da expressão fenômenos musicais vai de encontro à caracterização de que a música, como tantas outras manifestações culturais, é obra dos fenômenos do espírito, assim como a arquitetura, pintura, escultura, entre outras.

experiência do sujeito necessita manifestar-se, para que a alienação, frente ao mundo da mesmice, defina e a cultura possa se movimentar dialeticamente de modo a não permitir a neutralização reificante.

A barbárie estilizada que afeta tão brutalmente a cultura em nosso país é fruto, dentre outros condicionantes, do antagonismo entre a concretude da vida e o que é ideologicamente vinculado pelos meios de comunicação de massa. Suas informações não aproximam os indivíduos da verdade do todo social, mas os afastam da racionalidade da vida e da pretensão do sentido histórico, ao os isolarem num mundo fantasioso pseudo-democrático, onde o consumo exacerbado, e na maioria das vezes supérfluo, impera e a cultura encontra-se confinada à impossibilidade de manifestar suas contradições, censuradas pelo modo de produção regulamentado. Daí a constatação adorniana de que a perversidade da situação da cultura é decorrente da injustiça cometida na esfera da produção.

3. Sobre o mercado musical: algumas considerações

Atualmente, o mercado musical dispõe de uma variedade de gêneros criados e transformados pela indústria da música. Este, ao neutralizar e reificar as músicas, simplificando-as em melodias geralmente diatônicas, transgride os gêneros musicais que já não são mais adequados à caracterização da nova música atomizada, composta por sons sincopados simples que se repetem em compassos pares e quadrados de fácil execução. A crescente discrepância entre o tipo de música produzida e o gênero musical a que ela está vinculada, reproduz intensamente a depreciação da expressão musical que esconjura todos os atributos musicais reais tidos como independentes dos interesses mercadológicos. Como resultado da estandarização musical, característica fundamental da música popular segundo Adorno, os compositores e os músicos passaram a obedecer invariavelmente às inclinações do mercado que, em última instância, são determinadas pelos apontamentos dos hábitos de audição dos ouvintes consumidores. A personalidade do músico, sua espontaneidade e experiência criadora, que o qualificavam como criador autônomo, agora estão sujeitas à massificação da produção cultural que incute em seus consumidores uma

espécie de alienação inconsciente do divertimento. Como produto das esteriotipações de idéias criadoras, a música ligeira de sucesso – um dos maiores expoentes dessa coisificação cultural – orienta-se pela eficácia do que é mais consumido e se firma entre as massas, porque o mais conhecido é aquele que vende mais, portanto faz mais sucesso.

A liberdade musical e a autenticidade do músico estão suprimidas pelos interesses mercadológicos das grandes gravadoras. Os produtores monopolistas interferem no processo de criação dos músicos e compositores a ponto de definirem o que será incorporado ao mercado. Intermediados por empresários conformistas, os músicos e aqueles que são apresentados falsamente como artistas (porque já não realizam arte, segundo muitos críticos culturais), quando não se apropriam do serviço criativo de arranjadores, vêem-se compelidos a obedecer às orientações mercadológicas do grande capital que rege a indústria da música. Do contrário, a sua não inserção no mercado tornar-se-ia inevitável. É essa dinâmica que rege a indústria cultural, que consolida o estado de barbárie de um mundo fetichizado pela técnica, administrado pelo grande capital e completamente desumanizado em relação à produção cultural. Tal indústria irrompeu com a arte ao isolar o espírito de sua autenticidade criativa.

Adorno, em sua obra sobre o fetichismo na música, identifica a regressão da audição como consequência direta da padronização que sofre a música desde os tempos áureos do nazismo. Dotadas de harmonias melodiosas, as músicas de sucesso, em função de sua ampla difusão e intensa reprodução fetichizada, condicionam o caráter auditivo dos indivíduos e convencionalizam os gostos e as necessidades de lazer e entretenimento da grande massa alienada. A onipresença das músicas de sucesso adequada à sintonia auditiva dos ouvintes, afeta-os na medida em se encontram anestesiados e abobalhados pelo tipo de felicidade momentânea que elas possibilitam. Os indivíduos não são mais capazes de absorver a totalidade e o verdadeiro significado das músicas. Estas, reproduzidas e massificadas, tornam os indivíduos consumidores passivos, destituídos de qualquer senso crítico e avaliativo com relação à mercadoria musical consumida. O consumo de tais músicas se sustenta em função apenas do seu valor de troca. O uso pleno não se faz necessário devido à onipresença desse tipo de música, que se apresenta

já digerida num formato pré-fabricado. Adorno enfatiza a total liquidação do indivíduo que já não escolhe, não tem gosto, preferência musical, muito menos posicionamento crítico diante dos produtos musicais oferecidos no mercado. A falta de questionamento e da procura por músicas diferentes e dissonantes tornaram-se evidentes da mesma forma que a identificação de um mecanismo neurótico no ato da audição, caracterizado por uma “rejeição ignorante e orgulhosa de tudo o que sai do costumeiro” (ADORNO, 1975, p.192).

A obra adorniana citada confirma o atual estado da esfera musical mercadológica. O indivíduo liquidado perde a capacidade de um conhecimento consciente da música. Entretanto entendemos que a salvaguarda da autonomia musical consiste num dos aspectos fundamentais para a superação dessa lamentável condição por que passa o campo musical contemporâneo. Walter Benjamin escreve que o escritor (para nós o compositor musical) perde sua autonomia própria, ao seguir uma tendência, a partir do momento que trabalha para um determinado interesse de classe a serviço do divertimento. (BENJAMIN apud KOTHE, 1985, p.188).

O cenário musical brasileiro encontra-se devastado por um modismo administrado pela indústria cultural. A massificação musical é imprimida num processo veloz que se renova constantemente e cria novos gêneros ou adota outros antes excluídos do mercado. A inserção desse tipo depreciativo de música responde fundamentalmente à acolhida de uma classe média burguesa, que passa a consumir desenfreadamente produtos transfigurados, ao mergulharem num mundo fantasioso e divertido onde o exótico adquire cor e forma. O “funk” proveniente da periferia do Rio de Janeiro ilustra bem esse processo. O tipo de música que é veiculado hoje nos meios de comunicação de massa não é a mesma música funk da década de 70, que tinha nos seus representantes nomes como Tony Tornado e Tim Maia. Hoje, estão diretamente associadas ao gênero funk bandas que não tem nenhuma conexão com as primeiras manifestações desse gênero no Brasil. Não é preciso ser um bom conhecedor da música brasileira para perceber que bandas, que incitam seus ouvintes à banalização do sexo e ao desrespeito à figura feminina no conteúdo das letras de suas composições, se diferenciam muito em termos de espécie musical e das temáticas empregadas, por

exemplo, das primícias do autêntico gênero funk brasileiro, como: Miguel de Deus, Tony Bizarro, Gerson King Combo, Banda Black Rio, União Black, e outros. Os garotos pobres das favelas do Rio, ao serem admitidos no mercado, perdem toda originalidade que lhes fora confinada e descaracterizam-se como músicos autônomos da periferia. Agora, eles servem à indústria cultural e respondem às demandas do tipo de produto musical que a classe média burguesa visa a apropriar.

Sustentadas pelas grandes gravadoras que detêm o monopólio da distribuição e controlam o mecanismo de circulação dos produtos musicais, a música ligeira de sucesso, devido ao seu caráter fetichista, mantêm-se rígida e padronizada ao exigir de seus ouvintes reações estandarizadas, contribuindo dessa maneira para o movimento de decadência da cultura vinculada à produção musical. O aparato tecnológico, os meios técnicos de informação e distribuição, as novas mídias e os recursos de comunicação de massa reforçam esse processo degenerador da ascese, da liberdade, do livre-arbítrio emancipador. A hostilidade à cultura faz-se num momento de crise global devido à força de ativação de projetos ideológicos totalitários, e da diluição específica das utopias e dos paradigmas clássicos. A situação derivada da globalização constrói um mundo não só voltado para a produção e concentração econômica, mas principalmente para a difusão e produção de um tipo de cultura de massa deturpadora que implica num certo desassenhramento do mundo, da realidade social por parte dos homens. A globalização cultural sustentada pelo liberalismo conservador dificulta enormemente a praxis artística, impossibilitando os indivíduos de refletirem e intervirem sobre aquilo que é produzido culturalmente. Sob o manto fenomenal existe mais concentração, alienação e exclusão em meio a intensificação dos monopólios culturais, do desenvolvimento tecnológico, da mercantilização generalizada e do individualismo hostil às propostas artísticas autênticas e adversas aos acordos comerciais que envolvem dinheiro e capital. Em suma, vivemos num mundo dominado pelo tecnicismo nos vários campos especializados, que agregam e divulgam intensamente diversas idéias e informações pouco contestativas, dificultando a associação do todo social e da vida individual e atrapalhando a compreensão crítica da realidade ao ofuscar a consciência dos indivíduos imbecilizados.

4. Tom Zé - o turbilhão nordestino: cidadão paulistano, produto de exportação genuinamente brasileiro

Até aqui nossas elucubrações estiveram, quase todas, de acordo com as premissas básicas do pensamento de Adorno, porém no tocante à caracterização da música popular de seu tempo, não podemos deixar de fazer algumas considerações ao trazê-la para o momento atual e compará-la ao cenário musical brasileiro. De fato, há de se fazer a distinção dos pontos de vista em relação ao período analisado por Adorno e de sua própria definição de música popular. Certamente, suas teses referentes ao universo da musicologia mantêm-se vivas até hoje, o que não nos impede de levantarmos as possíveis brechas do caráter autônomo na música, dentro do próprio campo da música popular, mas especificamente da música popular brasileira contemporânea.

Adorno, em sua crítica à música popular feita num dos ensaios mais provocativos e questionáveis de toda sua obra, coloca que a música popular vai de encontro a duas demandas: uma é a de estímulos que provoquem a percepção do ouvinte; outra é a produção de um material que, para o ouvinte, recaia dentro da categoria do que o teórico alemão chama de música "natural" - essa entendida como o conjunto das convenções e fórmulas materiais na música, as quais o ouvinte está acostumado e que para ele é uma linguagem simples e intrínseca à música. Assim a estandarização ao qual já nos referimos anteriormente é a expressão contida na música popular do imposto pela mentalidade do público consumidor (ADORNO apud COHN, 1983, p.122). A música popular referida por Adorno está, para nós, mais de acordo com o tipo "pop music" do que com a denominação conhecida por todos aqui no Brasil como mpb, ou música popular brasileira. Acreditamos que o gênero "pop" orienta-se no sentido de ser estimulante por desviar, de algum modo, do convencional, como forma de aparentar algo novo. Mas, por outro lado, o material produzido deve sempre manter a supremacia do natural contra tais desvios (é a idéia mercadológica do mesmo apresentado como algo novo). É evidente que no atual estágio do desenvolvimento da produção musical no Brasil e no mundo, o fenômeno da estandarização atinge todas as esferas da música, não concebendo aqui a divisão dicotômica

por esferas proposta por Adorno: música popular e música séria. A estandarização existe em toda e qualquer esfera musical desde que sua orientação esteja vinculada exclusivamente à comercialização intensiva e seja vista como um fim em si mesma. Nossa intenção não se traduz em apologia à música popular brasileira como faz Adorno em relação à música séria erudita. Aqui o importante é lançar luz à incidência de uma praxis artística persistente, resultado de estudos e pesquisas musicais que visam a resistir ao conjunto de elementos próprios à estandarização. No cerne de uma complexa lógica domesticadora imposta pela indústria cultural, especialmente aquela voltada para a produção musical, existe uma pequena gama de músicos e compositores que buscam resistir aos ditames dessa indústria, numa tentativa de burlar os imperativos empresariais dominadores. Preocupados com o impacto de suas produções nas consciências dos indivíduos, esses músicos não se prendem aos índices comerciais e aos recordes de cópias vendidas, pois exercem uma praxis transformadora, reflexiva, antagônica, àquelas empregadas pelos músicos de sucesso, produtores de "hits musicais". De maneira a exemplificar uma dessas manifestações contrárias ao processo estandarizante, nos limitaremos a analisar uma das experiências mais emblemáticas da produção musical essencialmente autônoma.

Com poucas exceções, a música popular brasileira também é representada pelas prescrições adornianas à respeito da estruturação formal "pré-digerida", na qual a construção esquemática orienta o modo como a música deve ser ouvida. Todavia, o contraponto para nós reside na obra de um dos maiores músicos que o Brasil já produziu. Criador-compositor, harmonizador, arranjador e inventor, Tom Zé reúne todas as características de um artista nato que cria, inventa e elabora sempre artifícios novos de caráter experimental em suas produções. Maestro irreverente como é conhecido no exterior, Tom Zé comanda uma legião de músicos dos mais gabaritados que o Brasil possui, no intuito de produzir uma espécie musical que foge a qualquer caracterização precisa. Ele, em suas produções, inverte a caracterização adorniana a respeito da música popular onde a ênfase é colocada sobre o todo não como evento musical que representa uma fachada de "efeitos" individuais. Os detalhes não aparecem como elementos definidos em relação à estrutura do todo formal, pois eles são partes constitutivas do todo, e por isso assumem

papel fundamental no contexto do material. Detalhes sonoros não podem ser substituídos como partes formais de uma engrenagem mecânica porque eles são insubstituíveis já que fazem parte do todo e dialogam permanentemente com ele. Na música de Tom Zé não é tão simples fazer a distinção entre o todo e os detalhes, uma vez que o todo é composto na sua maioria por um grande número de elementos que, se sucumbidos, podem deixar a composição à mercê de um batucar de caixinha de fósforos. O próprio criador define um dos seus últimos trabalhos, "Jogos de Armar" (2000), como o embrião de células musicais que podem ser manejadas, remontadas, abertas a inúmeras versões, receptivo à interferência de qualquer um proporcionando jogos de armar.

Outro aspecto da música de Tom Zé que se contrapõe às caracterizações de Adorno sobre o conceito de música popular, é o de uma estruturação mental na qual a música se sustenta, contrária à distração e desatenção. Como ouvintes podemos afirmar a impossibilidade de ouvir Tom Zé desatentamente sem que tal música nos intrigue, nos inquiete de alguma forma, seja em função dos ruídos distorcidos, ou de sua voz raquítica e ardida, ou do conteúdo crítico e corrosivo de suas letras. Enfim, os elementos que constituem o material são muitos e eles são demasiadamente melhor precisados no documentário "Quem é que vai pôr dinamite na cabeça do século?" realizado com o próprio Tom Zé, que, com total liberdade, expressa o verdadeiro significado de sua obra. Para Adorno: "A noção de distração só pode ser entendida de modo apropriado de sua situação social e não em termos auto-suficientes de psicologia individual. A distração esta ligada ao atual modo de produção, ao racionalizado e mecanizado processo de trabalho a que as massas estão diretamente ou indiretamente sujeitas. Esse modo de produção que engendra temores e ansiedades quanto ao desemprego, perda de salário e guerra, tem o seu correlato "não-produtivo" no entretenimento." (ADORNO apud COHN, 1983, p.136).

Esse momento "não-produtivo" que a música popular proporciona – na acepção de Adorno – esse alívio do tédio e do esforço, o relaxamento que não envolve nenhuma prática de concentração, nada disso se alia à música de Tom Zé. O ouvinte não reconhece, não se identifica com os estímulos provocados pela combinação de sons, pela polifonia exacerbada e, tão pouco pode subsumir por rotulação uma música

desesteriotipada, sem classificação segundo um gênero preciso. Tom Zé é mpb, porém um tipo de mpb conceitual. A auto-reflexão no ato de conhecer faz-se pela inovação de seus arranjos na recombinação de um grande número de instrumentos convencionais ou não. A forma rítmica causa certo estranhamento, um incômodo para os ouvidos viciados e acostumados à nova música atomizada. Por outro lado, o conteúdo de suas letras traz o ouvinte a solo firme, ao debate das questões sociais e às contradições do mundo moderno. Desde a época do tropicalismo, Tom Zé caracteriza-se como um crítico que transcende a própria crítica ao evocar seus ouvintes à discussão das discrepâncias entre pobres e ricos, dominadores e dominados, exploradores e explorados, patrões e empregados. A sensação, fruto dos estímulos oferecidos, é superada pelo teor realista-contraditório do conteúdo de suas letras que não admite a distração e o comodismo. No sentido exposto por Adorno, a tensão e a monotonia ligadas ao trabalho ordinário são substituídos pela inquietação e auto-reflexão com respeito aos aspectos fenomenológicos da vida social. A música de Tom Zé, segundo nossas próprias impressões como ouvintes, nunca permitiu a neutralização da arte, a reificação das expressões culturais como mecanismos para projetos ideológicos massificadores. Sua música deve sempre ser vista como uma proposta transformadora contrária a qualquer estandarização condicionada por terceiros.

Todavia, consoante sabemos, a promoção do material sonoro de Tom Zé não opera segundo uma ideologia compatível às finalidades estritamente comerciais. O último selo a gravar um disco de Tom Zé (Trama) acredita como nós no trabalho artístico autônomo de um dos poucos músicos que resistem ao lamentável movimento de tendência geral que envolve todo campo da produção musical. Uma estrutura musical polifônica que abusa dos recursos estilísticos, sejam eles semânticos (metáforas, metonímias e ironias) ou fonológicos (aliterações, assonâncias e cacofonias), enquadra-se naquilo que acreditamos ser a salvaguarda da música popular brasileira como expressão autenticamente artística. A proposta estética de Tom Zé reutiliza a "sinfonia cotidiana do lixo civilizado" e rompe com a necessidade da informação evasiva, da mensagem abstrata, para infligir a todos, de modo impactante através da música, uma percepção inconformada com a imediatidade da vida. Aí

subsiste a verdadeira intenção de um músico que, durante toda sua carreira, preocupou-se sempre em trazer à tona as discussões sobre os grandes males sociais contemporâneos, que afligem milhões de pessoas no mundo e no Brasil. Sua crítica persiste apesar de todo lobby a favor do movimento ofuscante.

GRANDI, Guilherme. Any observations about music like commodity. *Ensaios de História*, Franca, v.7, n.1/2, p.79-91, 2002.

- **ABSTRACT:** *This paper, tries to analyse some aspects of musical production in Brazil nowadays taking as theoretical allusion the ideas of Adorno and Walter Benjamin. In the center of Cultural Industry, first of all, we will try to prove the increase of a kind of depreciative massive culture linked to brasilian music market, and then the insidence of the subjetives manifestation against the group of standardization elements inside the musical production field. For us, the defense of the musical autonomy linked to the market can be represented though the work of the musician Tom Zé. Criator-composer that unites many characteristics of a good artistic, Tom Zé follows a different praxis from the conventional music production, that, genereally, rules the market and intensify the movement of the culture decay.*
- **KEYWORDS:** *School of Frankfurt; musical standardization; musical autonomy; Tom Zé; critic theory.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. *Palavras e sinais: Modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1975.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1975.
- COHN, G. *Adorno*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- KOTHE, F. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

RESENHAS

SOUZA, Marcos Alves. *A cultura política do "batllismo" no Uruguai (1903-1958)*. Franca, 2000. Dissertação (mestrado em História) – UNESP.

Claudia Aparecida FRANCISCO
*Miriam da Silva DINIZ**

Apresentada como Dissertação de Mestrado junto ao Programa de pós-graduação de História da Unesp-Franca "A cultura política do 'batllismo' no Uruguai (1903-1958)", de Marcos Alves de Souza, traz uma releitura da história do batllismo uruguaio à luz dos conceitos gramscianos, entendendo que a simbiose entre o projeto reformista do 1º batllismo (1903-1933) com a sociedade é mais estreita do que a historiografia uruguaia afirmou, porque o modelo de desenvolvimento reformista e modernizador batllista era amparado tanto pela formação intelectual de sua elite dirigente quanto pela leitura que essa elite fazia da realidade social. E que, na ausência de elementos capazes de criar um sentimento de pertencimento nacional, os elementos culturais associados a uma institucionalidade democrática acabaram ocupando um lugar central na formação cultural impulsionada pelo batllismo, que não encontrou uma classe social contestadora forte o bastante para se opor ao seu modelo ideológico.

No primeiro capítulo, o autor discorre sobre a figura de José Batlle y Ordoñez, comentando brevemente sua biografia e traçando algumas "balizas" do seu pensamento, que influenciou todo o período histórico

* Graduandas em História – Unesp Franca.

denominado "batllismo". Discorre sobre o contexto histórico e político do Uruguai na passagem do século XIX para o XX e sobre a emergência, o desenvolvimento e a derrota do modelo de desenvolvimento batllista.

O Partido Colorado, ao qual a facção batllista pertencia, somente perdeu o controle majoritário dos Poderes Executivo e Legislativo depois de quase um século no poder. O autor caracteriza o batllismo muito mais como um partido, entendendo que esse pode ser abordado por um período mais longo, não somente as três primeiras décadas do século XX (período mais comumente abordado pela historiografia uruguaia), uma vez que a aceitação da ideologia batllista garantiu as bases sociais para que a expressão político-institucional do batllismo permanecesse atuante por um largo período, pois defende que 1903-1933 foi apenas o período da emergência, consolidação e apogeu da cultura política batllista e que o golpe de Gabriel Terra (1933-1942), mesmo tendo dissolvido o Congresso e acabado com algumas instituições políticas consolidadas pelo batllismo, como o sistema colegiado de governo, não rompeu com essa "cultura". Esta permaneceu atuante mesmo durante a ditadura de Terra, de modo que, após 1942, o batllismo volta, tendo como principal figura Luis Batlle Berres, sobrinho de José Batlle y Ordoñez.

As divisões internas do Partido Colorado desgastaram sua imagem perante a opinião pública, e aqueles que mais perderam com a derrota eleitoral de 1958 foram os batllistas das duas principais facções do partido. A vitória do Partido Nacional (principal adversário) foi, também, uma resposta da sociedade, indicando sua preferência por saídas mais moderadas àquelas avançadas propostas pelo batllismo.

No segundo capítulo, são traçados os principais caminhos da historiografia uruguaia do final do século XIX e a do século XX. O autor ressalta que, no geral, os autores uruguaianos da época de transição do século XIX para o XX, possuíam uma visão de mundo e de progresso fortemente influenciada por fontes e princípios morais europeus. "Neste período, verificou-se uma crise de identidade nacional influenciada pela dependência econômica estrangeira e por um sentimento de inferioridade comum ao restante da América Latina" (SOUZA, 2000, p.60).

A aproximação ao ideal europeu, no qual a cidade seria o espaço da civilização, em contraposição ao atraso do campo, pode ser nitidamente caracterizada no Uruguai por meio de uma tendência

historiográfica do início do século XX que privilegiava a dicotomia campo-cidade, ou caudilhos-doutores.

A historiografia política produzida entre meados do século XX e a ditadura militar tem no batllismo seu principal tema. Os primeiros trabalhos sobre o período histórico do batllismo foram obras com forte cunho biográfico, lançados na primeira metade do século XX. Muitas destas obras tinham um caráter de exaltação da figura e dos feitos de Batlle. Real de Azúa vai romper com a idéia de que tudo no Uruguai foi obra de Batlle e do batllismo.

José Pedro Barrán e Benjamim Nahum são os principais representantes da aceleração do ritmo da produção historiográfica do Uruguai depois da ditadura cívico-militar (1973-1985), quando o batllismo passou a ser analisado mais profundamente, interpretado como um movimento com objetivos radicais nas suas preocupações econômicas e sociais. No conjunto de sua obra, Barrán e Nahum utilizam o termo "batllismo" de duas formas distintas: como movimento político amparado num ideário reformista que teria governado o país em 1903-1933 e como partido distinto do Partido Colorado – Partido Batllista a partir de 1919. Estes autores defendem que, apesar do reformismo batllista e do intervencionismo estatal por ele impulsionado, até 1910 o Uruguai ainda não havia escolhido uma orientação que o dirigiria no processo da sua modernização.

Na linha marxista, Carmen de Sierra sustenta que durante as três primeiras décadas do século XX, o Estado batllista levou a cabo a confecção de uma ideologia das classes médias, que buscava a integração dos elementos médios ao processo de modernização em marcha no país a partir da virada do século. Esse processo histórico e político teria permitido a consolidação de uma mentalidade liberal, progressista, igualitária e democrática que envolve o conjunto da sociedade. Segundo a autora, esta mentalidade se transformou, paulatinamente, em uma ideologia predominante e representativa do equilíbrio de forças da época, perdurando mais tempo que as condições políticas, econômicas e sociais que a geraram.

Com Carmen de Sierra, Marcos Alves sustenta que a força desta ideologia pode ser verificada, por exemplo, com o golpe de G. Terra em 1933, que não apresentou ao conjunto da sociedade um novo modelo

ideológico a ser seguido, e também em 1958, quando o Partido Colorado foi derrotado. Mesmo com estas interrupções, muitas das realizações batllistas permaneceram atuantes no país, como o sistema colegiado de governo, que somente deixou de ser utilizado a partir de 1966. O autor afirma que se verificou “um processo dialético de afirmação de uma ideologia sintetizadora dos anseios liberais mais radicais do discurso batllista e das tradições sociais oriundas do Uruguai caudilhesco” (SOUZA, 2000, p.46) e que o resultado disso foi um período de “modernização conservadora”, fruto de um processo dialético com estímulo reformista-modernizador e “freio” conservador-reacionário.

No terceiro e último capítulo são analisados o que o autor denominou de “modernização conservadora” do Uruguai, o papel dos intelectuais e a consolidação da cultura política do batllismo. É o capítulo onde o autor define cultura política e suas referências teóricas, utilizando categorias de análise gramscianas como “bloco histórico”, “hegemonia” e “revolução passiva” para a análise do batllismo. Estes conceitos gramscianos têm sido amplamente utilizados em abordagens a respeito da consolidação dos Estados-nacionais latino-americanos.

Marcos Alves assinala que apesar de Gramsci ter ambientado suas análises no Risorgimento italiano, verificou-se a possibilidade de transportar suas idéias para outras realidades, “traduzindo” seu cabedal teórico. Percebeu-se que, principalmente o conceito de revolução passiva, pode dar novos contornos ao debate em torno da modernização e da mudança social e cultural.

O autor busca os diferentes significados do agir cultural¹ das sociedades, pois acredita que são os valores culturais os diferenciadores das sociedades entre si. Quando estes valores se modificam constitui uma das preocupações do autor que, voltado para a trama cultural na política, opta pela análise da cultura política² do batllismo. Ressalta-se, na obra, que na trama cultural da política prevalecem os valores e os princípios que dão sentido às lealdades, às tradições e às regras. Ele

¹ Cultura está sendo entendida, na obra, como os valores de uma dada sociedade, suas representações e práticas culturais.

² Cultura política é definida, na tese, como o conjunto de regras, práticas e comportamentos políticos amplamente partilhados pelos membros de uma população ou grupo determinado, em um tempo determinado.

parte de uma análise político-partidária por entender que os modelos político-culturais provenientes desta esfera foram de primordial importância no século XX para a criação do conjunto de símbolos que reflete o pensar e o fazer cultural da sociedade uruguaia, orientando o comportamento desta. Este conjunto de símbolos teve seu “germe” na ideologia batllista da virada do século XIX para o XX.

Entre 1903 e 1958, a sociedade assimilou significados culturais diversos, provenientes da esfera política, mais precisamente das elites políticas batllistas e dos partidos políticos tradicionais. Entre as expressões e práticas culturais produzidas durante o batllismo, destaca-se a tensão existente entre o reformismo e o antireformismo (que trazia consigo outros embates, como cosmopolitismo *versus* xenofobismo, a clivagem campo/cidade, o clericalismo *versus* anticlericalismo) assim como o confronto entre a política de “exclusivismo colorado” e a política de co-participação dos partidos políticos no poder. Além destes embates ideológicos, também foram importantes o “partidocentrismo” – sentimento de “reverência” da sociedade uruguaia aos dois partidos tradicionais, que remonta o período pós-independência, com sua consolidação durante o batllismo – da cultura política uruguaia e o binômio “excepcionalidade/legalismo” – enaltecimento do país por meio da “democracia” social conquistada, sendo que a qualidade de “Estado assistencialista” gerava uma estabilidade muito grande, aumentando o caráter de aceitação do ideário batllista frente à sociedade; apesar deste ideário ser considerado um grande defensor da democracia, tal característica é mais facilmente encontrada no plano do discurso do que através das ações práticas da elite política batllista.

Marcos Alves entende que o batllismo uruguaio (1903-1958) pode ser considerado um bloco histórico. O conceito de bloco histórico engloba a totalidade da sociedade, formada pela articulação da infra-estrutura com as superestruturas. Esta articulação advém de uma aliança entre classes ou elites dirigentes, e é consolidada pela ação dos intelectuais, que estão organicamente ligados a elas, podendo haver, como no caso do batllismo, uma verdadeira superposição entre as elites dirigentes e os intelectuais.

Visto o batllismo como um bloco histórico, pode-se considerar que, durante a sua existência, a hegemonia batllista e a oposição nacionalista realizaram uma guerra de posições, por meio da qual buscaram o

consenso entre si e o domínio da opinião pública através dos intelectuais orgânicos, que se utilizavam dos aparelhos privados de hegemonia (jornais, estações de rádio). Nesta guerra de posições, transformações moleculares aconteceram continuamente, tanto a nível infra-estrutural quanto superestrutural. Estas transformações respeitaram critérios de continuidade, pois os intelectuais da mudança (elite batllista) tiveram que dialogar e construir um consenso com os intelectuais da conservação (elite rural). Essa guerra de posições foi travada sem que nenhuma parte pudesse ser eliminada, sendo que o caráter mais ou menos radical da hegemonia³ dominante batllista dependeu do grau e do tipo de consenso que seus intelectuais conseguiram estabelecer com o discurso da tradição. Esse contexto político e social, caracterizado pelo paroxismo "conservação-mudança", no qual os atores principais foram os intelectuais e o seu protagonismo político, pode ser considerado, de acordo com cabedal gramsciano, como uma *revolução passiva*.⁴

O autor contesta e questiona a interpretação do batllismo como um populismo (visto como um conceito inelástico), conceito que possui uma diversidade de significações e aplicações, tornando difícil sua utilização.

³ Hegemonia – capacidade de direção política e cultural de um grupo ou classe social sobre as demais classes e frações. Este grupo demonstra sua capacidade de direção fazendo com que um projeto político alcance o status de forma de governo e Estado.

⁴ Revolução Passiva – conceito pensado como critério de interpretação, referindo-se historicamente a processos diferenciados de formação, consolidação e defesa do bloco histórico. Também para compreender e analisar transformações históricas, com a preocupação de compreender os nexos que vinculam economia e política e o lugar do Estado nos processos de modernização capitalista, quando o impulso do progresso não se encontra intimamente vinculado a um vasto desenvolvimento local, que é artificial e reprimido, passando a ser o reflexo do desenvolvimento internacional que manda à periferia suas correntes ideológicas dos países mais avançados, sendo o grupo portador das novas idéias não o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais. Revolução Passiva expressa, essencialmente, uma combinação de continuidade e mudança ou uma dialética entre conservação e renovação. Ela se reporta à situação em que as soluções são encaminhadas de "cima", com o Estado e os intelectuais ligados a ele, substituindo uma burguesia estruturalmente débil na construção e consolidação do Estado moderno. Para maior compreensão dessa definição, ver: AGGIO, Alberto. *Frente Popular, Radicalismo e Revolução Passiva no Chile*. São Paulo: Annablume, 1999; especialmente o segundo capítulo e VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Ele se opôs, assim, à historiografia uruguaia que caracteriza o batllismo como um populismo, no que se refere à primeira fase de 1903 a 1933.

Um dos representantes da historiografia uruguaia que caracteriza a ideologia batllista como populista é Carlos Zubillaga, focalizando principalmente a legislação social e trabalhista, impulsionada pelo batllismo político que, possuindo um caráter "assistencialista", respondia às demandas da sociedade, uma vez que no início do século XX haveriam classes sociais subalternas que exigiam transformações. Marcos Alves considera que Zubillaga superestimou a capacidade de mudança e contestação dos setores mais subalternos da sociedade da virada do século XIX para o XX, defendendo que esses grupos tiveram sua capacidade contestatória e reivindicatória aumentada a partir da crise de 1929.

Alves sustenta que Zubillaga não dá a devida importância a uma característica crucial da cultura política do batllismo: a formação de uma sociedade de consenso, e que a gênese do reformismo e do assistencialismo, no ideário político batllista, deve ser buscada em outras chaves explicativas, mais ligadas à formação cultural dos intelectuais do batllismo.

O batllismo histórico viria a confirmar que os processos de transformação estrutural na América Latina se efetivaram por meio de formas bastante diversas, dentre as quais o reformismo político e social também encontram o seu lugar. Em um contexto latino-americano, o batllismo foi o mais precoce exemplo de modernização social e política.

PINTO, J; VALDIVIA, V. *¿Revolución Proletaria o querida chusma? Socialismo y Alessandrismo en la pugna por la politización pampina (1911-1932)*. Santiago: LOM ediciones, 2001.

Isadora FALLEIROS FRARE*

¿Revolución Proletaria o querida chusma? Socialismo y Alessandrismo em la pugna por la politizacion pampina (1911-1932), de Julio Pinto Vallejos e Veronica Valdivia Ortiz de Zanate, trata da formação dos movimentos socialista/comunista e alessandrista na região norte do Chile, mais precisamente na província de Tarapacá. Essa região chilena concentrava as indústrias de extração de salitre do país e possuía uma população quase que exclusiva de operários e pessoas ligadas a essa atividade. Desde o século XIX essa parte do território vinha servindo de palco para as lutas e reivindicações operárias, e é precisamente ali que surgiria o Partido Obrero Socialista (POS, o primeiro partido socialista do Chile) e também onde se iniciaria a carreira política de Arturo Alessandri Palma, com sua eleição a senador por Tarapacá em 1915.

A idéia central do livro é a de que em um determinado momento, socialismo e alessandrismo (relativo a Alessandri) concorrerão paralelamente em uma disputa pela adesão e politização das massas trabalhadoras dos pampas nortinos. Dessa forma, os autores tentarão responder qual o verdadeiro grau de adesão do operariado a cada um dos movimentos políticos em questão, bem como entender, utilizando-se de jornais, Boletim da Intendência de Tarapacá, das oficinas de trabalho,

* Graduanda em História. – Unesp Franca. Orientador: Alberto Aggio.

Boletim do senado e da câmara dos deputados e boletim da Associação de produtores de salitre do Chile, os motivos pelos quais aquela população optava por uma ou por outra proposta.

O livro é composto de um pequeno prefácio, três capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo procura contextualizar o tema e definir as ferramentas conceituais utilizadas no estudo. O segundo capítulo, "A problemática questão social e as vias alternativas de politização popular", trata da instalação e difusão do socialismo. Por fim, o terceiro capítulo, "Minha querida chusma", trata especificamente do fenômeno do alessandrismo. Na conclusão são apontadas algumas respostas possíveis aos problemas levantados.

No capítulo inicial, o tema é inserido dentro de um período do século XX em que a modernização (entendida como industrialização, êxodo rural e urbanização) trazia consigo uma insistente preocupação com a "questão social". Essa modernização fazia parte de um processo mundial de consolidação do capitalismo que, dentro da América Latina, obteve um reflexo muito particular.

A miséria gerada pela falta de planejamento e organização social, vinham no bojo de uma mudança econômica que incentivava à industrialização em detrimento das antigas formas de produção agrícola monocultora. Os desajustes criados por essa massa de pobres e desempregados dentro das cidades anunciavam a necessidade da fundação de um novo pacto social. São precisamente os problemas gerados por essa modernização que fizeram do social uma questão, e principalmente nos espaços de poder esse problema passou a ser discutido. Dentro desse quadro caótico, a insatisfação das classes populares e suas conseqüentes manifestações acabaram, pela primeira vez na história da América Latina, adentrando à pauta política do Estado. O surgimento do socialismo chileno está relacionado aos movimentos contestatórios à ordem que aparece naquele momento.

A hipótese sustentada no livro é a de que o socialismo surgiu no norte (nas províncias onde se concentravam as indústrias de salitre) porque encontrava ali uma imensa população operária com uma certa tradição grevista. Recabarren (político e militante do Partido Democrata, e que se tornará um socialista) foi o inaugurador desse movimento que

possuía propostas de caráter internacionalista, autônomo, profundamente classista e por vezes revolucionária.

De outro lado, temos o alessandrismo, movimento que surgiu com o aparecimento de Arturo Alessandri Palma (mais exatamente durante suas campanhas a senador e presidente), e que propunha uma via de politização mais "civilizada", institucional e anticonflituosa. Essa segunda alternativa fazia parte, na visão dos autores, de um movimento tipicamente latino-americano que procurava, dentro da perspectiva da "questão social", conformar uma aliança policlassista que desse conta de absorver todas as demandas da sociedade e promover uma transformação social pacífica.

De maneira geral, esses seriam os dois caminhos que o operário nortino do Chile poderia seguir. As diferenças entre eles, no que diz respeito aos espaços de difusão e recursos de sedução, serão discutidas mais adiante.

A historiografia socialista de esquerda no Chile produziu, segundo os autores, trabalhos insuficientes sobre o tema da adesão operária. As teorias elaboradas acerca do surgimento e consolidação da doutrina socialista estão associadas a um caminho natural de desenvolvimento e de contradição do capitalismo, dispensando maiores explicações. Era isso o que pensavam os historiadores marxistas, estando, na verdade, muito mais envolvidos com os problemas de sua época do que com a reconstrução do passado. Por outro lado, trabalhos mais recentes tratam o assunto de maneira unilateral, levando em conta apenas o aspecto político da questão, negligenciando o "cotidiano, o inorgânico, o identitário, o marginal ou o propriamente social" (p.16)

Insatisfeitos com as abordagens historiográficas anteriores, os autores buscam uma solução conceitual que pretenda pintar um quadro mais diferenciado e complexo do tema. É precisamente o conceito de "populismo" que será utilizado para sua tarefa. Os autores tentam legitimar o uso dessa ferramenta de medição, mesmo admitindo que "em geral tem havido bastante reticência em aplicar ao Chile um modelo de populismo elaborado essencialmente a partir das experiências argentina, brasileira, peruana ou mexicana, sobretudo pela solidez que aqui demonstrou (...) o sistema de partidos e a institucionalidade liberal, assim como a mental dos atores políticos" (p.21). De acordo com os autores,

esses são fatores que diminuiriam mas não invalidariam o uso do populismo, lembrando também que "em geral, a historiografia de esquerda não tem tido maiores problemas em catalogar Alessandri como populista" (p.21).

No segundo capítulo, o livro trata de três momentos da vida do movimento socialista/comunista. No primeiro (1911-1915), mostram como surge o partido operário do Chile com a chegada do democrata Luis Emilio Recabarren em Tarapacá e como, através de suas conferências e da publicação do jornal "*El Grito Popular*", o socialismo vai ganhando adeptos. Os socialistas procuram imprimir na sociedade uma completa renovação intelectual e espiritual do homem, que se traduziu, nesta região, na criação de novos espaços de convivência: escolas noturnas, teatros, bibliotecas, grupos de estudo, etc. Essa primeira fase de instalação do comunismo encerra-se com a partida de Recabarren para Antofagasta, onde seria eleito deputado anos depois. Os autores afirmam que o partido socialista preocupava-se com as questões referentes à mulher e ao trabalho infantil, motivos pelos quais a militância partidária era encarada como um compromisso familiar- do nosso ponto de vista, uma faceta particular do socialismo tarapaquenho. Na segunda parte (1915-21), é exposto o crescimento do POS em função da conjuntura internacional (pós Primeira Guerra e revolução Russa). A conseqüente consolidação do socialismo como força política, permitiu-lhes a construção de uma aliança eleitoral (1921) que colocou liberais, radicais e comunistas lado a lado. O resultado foi a eleição de quatro deputados socialistas, inclusive Recabarren. A terceira parte (1921-24) mostra como o pacto feito com a Aliança liberal (que havia colocado Alessandri no poder) era constantemente rodeado de contradições, o que não impediu que ela se consolidasse, mesmo após a violenta repressão à greve de San Gregorio. O período do governo de Alessandri (1920-24) é permeado de greves e manifestações, momento no qual o POS. transforma-se em Partido Comunista do Chile e passa a ter a maior representatividade desde seu surgimento. Com o governo do General Carlos Ibañes (1927-31) o PC é colocado na ilegalidade e irá viver um momento de profunda crise.

O terceiro capítulo trata da relação que foi estabelecida entre Alessandri e os trabalhadores, classificada como populista. Aqui é importante esclarecer que "querida chusma", a expressão que aparece no

título do livro, era a maneira pessoal com que Alessandri chamava o povo. Na primeira parte, os autores ilustram como as sucessivas campanhas eleitorais de Alessandri (1915 e 1920), utilizando-se de um forte apelo emocional, consolidaram-no como o principal personagem político do Pampa. O fato de ter colocado o tema das reformas sociais como central em seu plano de governo, e ainda questionado as autoridades regionais da época, mostrou-o como uma opção política diferente do socialismo, mais real e menos perigosa. Dessa forma, é no segundo tópico desse capítulo que será explicado como, durante seu governo, Alessandri continuou sendo uma opção vantajosa, não obstante as fortes reações do governo às greves do período. Era a primeira vez que um presidente interessava-se em organizar e resolver o conflito capital/trabalho. Essa postura conciliatória culminou com a aprovação, em 1924, de uma série de leis de regulamentação do trabalho. Na terceira parte deste capítulo, os autores procuram legitimar a idéia de que o período de propaganda que precedeu a eleição de 1920 (motivando a adesão popular por meio de uma via emocional), foi sucedido por um segundo momento da vida política alessandrista, que mostrou um presidente preocupado com a questão trabalhista, estabelecendo um outro tipo de relação com a classe operária, de caráter mais racional: "a diferença marcada por Alessandri foi que, para além de seu discurso emotivo e populista, demonstrou estar disposto a acolher essa demanda, integrando as preocupações proletárias na agenda oficial" (p.144). O quarto e último item, sustenta a idéia de que a adesão popular alessandrista repousa em duas dimensões: "construção de moradias mais higiênicas, ampliação e gratuidade dos serviços médicos e sanitários, e a construção de uma série de leis que regulamentavam as relações trabalhistas" (p.146). O período em que Alessandri esteve no poder abriu de fato as vias de negociação do Estado com os trabalhadores, o que desmente a teoria de que era um simples aproveitador procurando aumentar seu poder pessoal.

Na conclusão, os autores procuram responder às questões iniciais apresentadas no livro. Esboçando um paralelo mais próximo entre alessandrismo e socialismo, chegam ao entendimento de que o socialismo/comunismo obteve muito menos apoio popular nas províncias nortinas do que o alessandrismo, porque exigia de seus militantes um

comportamento de constante participação em diversas atividades, além de uma disciplina rigorosa, fazendo da militância um compromisso familiar, com a conseqüente incorporação de mulheres e filhos.

As exigências alessandristas eram muito menos sofríveis e prometiam conquistas muito mais rápidas. Apesar de dotar o indivíduo com um orgulho de classe, o socialismo defendia idéias consideradas muito radicais que confrontavam as instituições nacionais. Em contrapartida, o alessandrismo oferecia um caminho de negociações civilizadas e respostas imediatas.

Em suma, o livro demonstra de maneira muito satisfatória como socialismo e o alessandrismo foram se incorporando à população pampina, tornando-se diferentes instrumentos de reivindicações políticas. As tentativas posteriores de mostrar o presidente Alessandri como agente ativo no processo de modernização social, incorporando as classes populares ao plano institucional, mas também mostrando como sua relação com os trabalhadores foi se transformando numa via de mão dupla, também parece frutífero. Não há dúvida de que a idéia levantada no livro a respeito do processo racional entre trabalhadores e presidente sugere uma resposta muito mais complexa em relação àquela que vê Alessandri como um simples aproveitador.

Não nos será possível aqui, analisar minuciosamente se os autores exageraram o grau de mudança comportamental da relação da classe trabalhadora com o Estado (após a gestão de Alessandri). Mas o que queremos ressaltar é que, em nosso entendimento, esse estudo cuidadoso que foi realizado por Julio Pinto e Verónica Valdivia, dispensa por completo o uso do populismo em suas interpretações. Se o termo influencia a construção da imagem de Alessandri que se quer passar, isso também é difícil afirmar. Na verdade, o uso desse conceito, em nossa opinião, não favoreceu a pesquisa em nenhum aspecto. Pelo contrário, serviu para confundir as explicações na medida em que se utiliza do populismo em pelo menos duas situações diferentes: a campanha eleitoral de Alessandri foi cunhada de populista e, mais tarde, o populismo foi usado para caracterizar sua forma de se relacionar com os trabalhadores. De qualquer maneira, não acreditamos que o uso do populismo, enquanto chave interpretativa, invalide a pesquisa, a qual

demonstra, na verdade, uma perspectiva de análise conseqüente e consistente.

Por fim, as conclusões a respeito da aceitabilidade das duas vertentes políticas (socialismo e alessandrismo), pareceram muito adequadas ao tipo de raciocínio desenvolvido no primeiro e segundo capítulos que, apoiadas em fontes de diversas proveniências, apresentaram uma possibilidade da reconstrução das razões dos trabalhadores ao fazerem sua escolha por uma ou outra via de mobilização.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

INFORMAÇÕES GERAIS

ENSAIOS DE HISTÓRIA publica trabalhos inéditos de alunos de Graduação da UNESP/Franca e de outras instituições nacionais e internacionais, na forma de artigos, revisões, comunicações, notas prévias, resenhas e traduções.

Os trabalhos deverão ser redigidos em português. Deverão anteceder o texto os seguintes itens: título, autor(es), identificação do(s) autor(es), resumo de, no máximo, 5 linhas e 5 unitermos. Sucederão o texto: referência bibliográfica em inglês, *abstract* e *keywords*.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original* serão devolvidos aos autores.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em duas vias, com cópia das ilustrações. Textos em disquetes serão acompanhados do *printer* (cópia impressa, fiel, do disquete), em *Word 7.0*, apresentados em letra 13, tipo *Arial Narrow*, espaço 1.5; os textos devem ter no mínimo 10 e no máximo 15 páginas.

ESTRUTURA DO TRABALHO

Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: *Título*; *Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *Filiação científica do(s) autor(es)* (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade, sigla, Cidade, Estado, País, orientação quando houver, agência financiadora —bolsa e/ou auxílio a pesquisa— quando houver); *Resumo* (com máximo de cinco linhas); *Palavras-chave* (até cinco); *Texto* (subtítulos, notas de rodapé e outras quebras devem ser evitadas); *Agradecimentos*; *Title*, *Abstract* e *Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Palavras-chave precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo); *Referências bibliográficas* (trabalhos citados no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

Livros e outras monografias

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

* Esclarecimentos adicionais sobre as normas para apresentação de original constam do manual Normas para publicações da UNESP.

Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.47-66.

Dissertação e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, USP.

Artigos de periódicos

ARAÚJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp*, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. Anais... São Paulo: UNESP, 1990, p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala...". Quando for necessário especificar páginas(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUMFORD, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a) (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (OLIVEIRA & LEONARDO, 1943), e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 11,5x17cm. Deve-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

SOBRE O VOLUME

Formato: 16 x 21 cm

Mancha: 27 x 45 paucas

Tipologia: Arial Narrow

Papel: Ofsete 75 g/m² (miolo)

Couchê: 60 g/m² (capa)

Matriz: eletrostática

Tiragem: 200

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação

Lucas Miranda Pinheiro
Cesar Agenor Fernandes da Silva

Editoração Eletrônica

Cesar Agenor Fernandes da Silva

Assessoria Técnica

Aparecida Fátima Vieira Guiraldelli

Revisão de Normas Técnicas

Cesar Agenor Fernandes da Silva

Revisão de Inglês e Português

Lucas Miranda Pinheiro

Montagem

Cláudio Rigueti

Produção Gráfica

Alcione Moraes de Oliveira
Luís Carlos Mendonça
Valter Mendes da Silva (chefe)